

Caixa Econômica Federal - CAIXA

Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2003 e 2002

Caixa Econômica Federal - CAIXA

Demonstrações financeiras

em 31 de dezembro de 2003 e 2002

Conteúdo

Relatório da administração	3 - 25
Parecer dos auditores independentes	26- 27
Balanços patrimoniais	28
Demonstrações de resultados	29
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	30
Demonstrações das origens e aplicações de recursos	31
Notas explicativas às demonstrações financeiras	32 - 74

Relatório da administração

Cidadãos brasileiros,

Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis da Caixa Econômica Federal, relativos ao exercício de 2003, nos termos estabelecidos pelo BACEN - Banco Central do Brasil.

1 Introdução

A CAIXA, enquanto instituição financeira e executora das políticas de governo, busca de forma contínua a melhoria dos produtos e serviços prestados em torno dos seus negócios fundamentais:

- Administração de Recursos de Terceiros;
- Desenvolvimento Urbano e Habitação Social;
- Distribuição de Produtos e Serviços Próprios e de Terceiros;
- Negócios Bancários e Imobiliários; e
- Fundos, Programas e Serviços Delegados pelo Governo.

Atuando nesses negócios, a CAIXA apresentou em 2003 o maior lucro líquido da sua história ao atingir a cifra de R\$ 1,6 bilhão, contratando mais de R\$ 6,0 bilhões em operações voltadas para o desenvolvimento urbano, em especial para o saneamento básico, em que se contratou a totalidade dos recursos destinados para a modalidade.

Destacam-se ainda os seus esforços na execução da política social do governo federal, notadamente no que se refere à Inclusão Social, ao implementar a Conta CAIXA Aqui, que resultou na bancarização de mais de um milhão de brasileiros, que até então não tinham acesso a quaisquer dos serviços bancários e ao se tornar a primeira parceira certificada pelo Programa Fome Zero.

2 Desempenho econômico-financeiro

O lucro líquido apurado proporcionou rentabilidade sobre o patrimônio líquido final da ordem de 28,0%. O PLA - Patrimônio Líquido Ajustado, em 31 de dezembro de 2003, equivale a 19,2% dos ativos ponderados segundo o risco e suas imobilizações, em relação ao PLA, representam 41,3%.

Esse desempenho propiciou a destinação à União de R\$ 809,9 milhões a título de dividendos e juros sobre capital próprio, além dos R\$ 2,1 bilhões com tributos e encargos sociais.

3 Administração de Recursos de Terceiros

A CAIXA encerrou o ano de 2003 tendo sob sua responsabilidade 89 fundos de investimento e carteiras administradas, sendo 50 fundos de renda fixa, 12 de renda variável, 7 sociais, 4 previdenciários e 16 carteiras administradas. Foram lançados no período 10 novos fundos de investimento, sendo 5 de rede e 5 exclusivos, além de 1 Carteira Administrada.

O patrimônio líquido administrado apresentou crescimento de 38,34% no ano, passando de R\$ 59,4 bilhões em dezembro de 2002 para R\$ 82,2 bilhões em dezembro de 2003. No *ranking* dos administradores de fundos de investimento da ANBID - Associação Nacional dos Bancos de Investimento, a CAIXA passou da 7ª para a 5ª posição.

Dentre os produtos lançados durante o ano, destacam-se os fundos CAIXA FIF Fome Zero e o FIDC - PIPS CAIXA Brasil Construir Residencial Cidade São Paulo, cujos objetivos são voltados ao fortalecimento de políticas sociais. O CAIXA FIF Fome Zero, lançado em fevereiro de 2003, foi criado com o objetivo de apoiar o Programa Fome Zero do Governo Federal, por meio do repasse direto de metade da receita obtida com a taxa de administração (5% ao ano) ao MESA - Ministério Extraordinário da Segurança Alimentar e Combate à Fome.

O FIDC - PIPS CAIXA Brasil Construir Residencial Cidade São Paulo, por sua vez, é um fundo constituído no âmbito do PIPS - Programa de Incentivo à Implementação de Projetos de Interesse Social, instituído pelo Governo Federal por meio da Lei nº 10.735, de 11 de setembro de 2003, cujo foco é o desenvolvimento urbano em infra-estrutura. Lançado em novembro, o fundo tem como objetivo captar recursos para aquisição de direitos creditórios oriundos dos contratos de compra e venda e financiamento das unidades residenciais e comerciais do Projeto Residencial Cidade São Paulo (empreendimento idealizado pela COHAB-SP), viabilizando financeiramente o acesso à moradia própria para mais de 1.500 funcionários públicos da Prefeitura de São Paulo, público-alvo do projeto.

Fundo de Investimento Imobiliário Almirante Barroso

A CAIXA lançou seu primeiro FII - Fundo de Investimentos Imobiliários, em 20 de novembro de 2002, terminando a colocação primária das 104.800 cotas, equivalentes à R\$ 104,8 milhões, em 3 de fevereiro de 2003.

Objetivando incentivar o desenvolvimento de mercado secundário líquido e transparente, o Fundo Imobiliário Almirante Barroso teve suas cotas registradas no ambiente de negociação SOMA - Sociedade Operadora do Mercado de Ativos da BOVESPA - Bolsa de Valores de São Paulo, onde suas cotas passaram a ser negociadas diariamente. Durante o ano de 2003, o Fundo apresentou um volume total de R\$ 31,2 milhões em negócios realizados, representados por 2.132 transações e 31.166 cotas negociadas.

O lançamento desse Fundo foi considerado marco histórico para esse setor, por ter viabilizado a conquista de 5.259 investidores. Até então, estimava-se que o mercado de fundos imobiliários contava com cerca de 2.000 cotistas.

Em razão do sucesso obtido, a CAIXA estuda efetuar o lançamento de outros fundos a partir de 2004.

4 Operações com Títulos e Valores Mobiliários

Por sua relevante participação nos mercados primário e secundário de títulos públicos federais, a CAIXA foi escolhida para ser uma das cinco instituições, simultaneamente, credenciadas como *dealers* primários e especialistas. Para medir a atuação de cada instituição credenciada, o BACEN e a STN - Secretaria do Tesouro Nacional definiram metas mensais referenciais de acordo com a natureza do *dealer*. Na apuração do cumprimento dessas metas, no período de 15 de agosto de 2003 a 31 de dezembro de 2003, a CAIXA foi classificada em 1º lugar como *dealer* Primário e em 2º como *dealer* Especialista.

Atuando nesses mercados e administrando uma carteira de Títulos Públicos Federais da ordem de R\$ 76,7 bilhões, auferiu-se rendimentos de aproximadamente R\$ 13,5 bilhões e uma variação positiva de R\$ 19,0 bilhões, o que corresponde a 33,0% de crescimento em relação ao saldo apresentado em 2002. Ressalta-se que, em 2003, aproximadamente, R\$ 724,2 milhões foram advindos da intermediação dos ativos em mercado secundário e na apropriação de deságios e juros dos referidos papéis.

O ano de 2003 ficou também marcado pela ampliação da atuação da empresa na prestação de serviços de Custódia e de Liquidação Financeira. Observou-se a absorção dos serviços de Custódia para os Fundos de Renda Variável, administrados pela CAIXA, cujos serviços eram realizados de forma terceirizada. A medida gerou redução de custos da ordem de R\$ 1,0 milhão de reais ao ano, para os referidos fundos. Foram disponibilizados, também, os serviços de Custódia e de Liquidação Financeira para o segmento de Cotas de Fundo Imobiliário, a partir de abril de 2003.

5 Desenvolvimento urbano e habitação social

No decorrer de 2003, a CAIXA, em consonância com o PPA - Programa Plurianual do Governo Federal, buscou o desenvolvimento de soluções, por meio de parcerias com o setor público, setor privado, ONG - Organizações Não Governamentais e Universidades, para o problema de moradia popular, atendendo parte da demanda por meio dos programas habitacionais de interesse social e de gestão e desenvolvimento urbano, a exemplo do PSH - Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social e do PAR - Programa de Arrendamento Residencial.

Programas habitacionais

Para o PSH, programa destinado exclusivamente a famílias situadas na faixa de renda de até R\$ 740,00, a CAIXA estabeleceu prioridade para o atendimento, por intermédio de parcerias com Estados e Municípios, às famílias com renda bruta mensal de aproximadamente um salário mínimo, por pertencerem aos segmentos populacionais com maior dificuldade de acesso ao crédito habitacional convencional.

O PAR, por sua vez, destina-se ao atendimento a famílias com renda bruta mensal de até 6 salários mínimos, sob a forma de arrendamento residencial com opção de compra. Foram contratadas, desde 1999, ano de lançamento do Programa pelo Governo Federal, operações no valor total de R\$ 3,0 bilhões, envolvendo 974 empreendimentos, com 132.696 unidades residenciais.

O melhor desempenho anual do PAR, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, deu-se no exercício de 2003, com a contratação de operações no valor de R\$ 1,1 bilhão, compreendendo 43.327 unidades habitacionais, cuja produção cresceu 46% em relação ao exercício de 2002.

Com recursos oriundos do FGTS - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, destinados à população de renda familiar variando de R\$ 2,0 mil até R\$ 4,5 mil, conforme a modalidade de financiamento, a CAIXA aplicou a quase totalidade do orçamento disponibilizado, cumprindo a meta de aplicação de, no mínimo, 50% do volume de recursos do Programa Carta de Crédito FGTS nas modalidades aquisição ou construção de unidade nova. No âmbito do Programa FAT-HABITAÇÃO, implementado com recursos do FAT - Fundo de Amparo ao Trabalhador, aplicou recursos da ordem de R\$ 164,2 milhões, atendendo 3.138 famílias.

Relativamente às operações de repasses de recursos do OGU - Orçamento Geral da União, por intermédio do Programa Morar Melhor, modalidade de construção e/ou melhoria habitacional, foram contratadas operações no montante de R\$ 106,0 milhões, envolvendo a produção de 9.874 unidades habitacionais.

Em termos globais, a CAIXA encerrou o exercício, viabilizando, por intermédio dos programas classificados como habitação de interesse social, 289.173 unidades habitacionais no valor total de R\$ 4,6 bilhões, com o atendimento a uma população superior a 1,1 milhão de cidadãos e a geração de mais de 452 mil empregos, conforme se demonstra por origem dos recursos:

Origem	Valores contratados (R\$ mil)	Número de unidades	População atendida	Empregos gerados
FGTS	2.790.678	183.044	732.176	265.087
FAT	164.288	3.138	12.552	15.649
FAR	1.097.371	43.327	173.308	105.337
PSH	191.381	26.079	104.316	18.153
CAIXA	335.235	22.214	88.856	31.955
CAIXA/SFI	60.434	1.497	5.988	5.755
OGU	<u>106</u>	<u>9.874</u>	<u>40.088</u>	<u>10.105</u>
Total	<u>4.639.493</u>	<u>289.173</u>	<u>1.157.284</u>	<u>452.041</u>

Programas de saneamento e infra-estrutura

Em 2003, permaneceu presente o quadro de contingenciamento de crédito ao setor público, bem como o limite estabelecido pelo CMN - Conselho Monetário Nacional para comprometimento de 45% do Patrimônio Líquido Ajustado das Instituições do Sistema Financeiro Nacional com suas operações de crédito junto àquele setor. Nada obstante, a CAIXA obteve o seu melhor desempenho em relação aos últimos 10 anos, viabilizando significativa retomada dos financiamentos em saneamento para o setor público, mediante o enquadramento das operações nas hipóteses previstas normativamente, a flexibilização do contingenciamento relativamente aos acordos de renegociação de dívidas com os Estados e Municípios e a implementação das operações por intermédio de licitações internacionais.

A CAIXA superou em 22,8% a meta prevista, efetivando R\$ 1,8 bilhão de contratações em saneamento e infra-estrutura e viabilizando com o seu desempenho investimentos no valor total de R\$ 2,6 bilhões, em benefício de 10,5 milhões de cidadãos e com a previsão de geração de mais de 353,5 mil empregos:

Origem/programa	Valor empréstimo (R\$ mil)	Valor investimento (R\$ mil)	População atendida	Empregos gerados
FGTS/Pró-Moradia	95	118	526.263	19.064
FGTS/Pró-Saneamento	1.618	2.067	9.177.538	322.456
FGTS/FCP/SAN	<u>6</u>	<u>7</u>	<u>31.667</u>	<u>1.147</u>
Subtotal FGTS	<u>1.719</u>	<u>2.192</u>	<u>9.735.468</u>	<u>342.667</u>
FAT/Infra-estrutura	67	345	500.000	1.600
BIRD/PAT-PROSANEAR	<u>28</u>	<u>57</u>	<u>255.511</u>	<u>9.256</u>
Total	<u>1.814</u>	<u>2.594</u>	<u>10.490.979</u>	<u>353.523</u>

Repasses de recursos do Orçamento Geral da União - OGU

A CAIXA contratou com Estados e Municípios 2,9 mil operações com recursos do OGU, envolvendo R\$ 478,5 milhões, que propiciarão a geração de até 90,6 mil empregos, por intermédio dos diversos programas do Governo Federal, beneficiando 2,5 milhões de brasileiros:

Gestor	Programa	Valor do repasso (R\$ mil)	Quantidade operações	População beneficiada	Empregos gerados
Ministério do Meio Ambiente	Gestão de Recursos Hídricos	6.361	7	37.195	1.347
EMBRATUR	Infra-Estrutura Turística	45.210	132	226.141	8.191
Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	PRODESA	43.446	451	228.423	8.273
Ministério do Desenvolvimento Agrário	PRONAF	90.517	689	449.560	16.282
Ministério do Esporte e Turismo	Esporte na Escola	1.539	17	7.790	282
	Brasil Potência Esportiva	1.855	6	9.659	350
	Esporte Solidário	<u>70.581</u>	<u>633</u>	<u>356.037</u>	<u>12.895</u>
Total Ministério do Esporte e Turismo		<u>73.976</u>	<u>656</u>	<u>373.486</u>	<u>13.527</u>

Gestor	Programa	Valor do repasse (R\$ mil)	Quantidade operações	População beneficiada	Empregos gerados
Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano	Gestão Urbana	494	6	2.424	88
	Pat-Prosaneer	28.378	25	255.511	9.256
	Pró-Infra	<u>190.147</u>	<u>925</u>	<u>931.071</u>	<u>33.724</u>
Total Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano		<u>219.019</u>	<u>956</u>	<u>1.189.006</u>	<u>43.068</u>
Total		<u>478.529</u>	<u>2.891</u>	<u>2.503.811</u>	<u>90.688</u>

Ainda mediante convênios com o FNS - Fundo Nacional de Saúde e com a FUNASA - Fundação Nacional de Saúde, assinados em 2001 e 2002, a CAIXA transferiu, durante o exercício, R\$ 136,8 milhões a órgãos e entidades da administração pública direta, autárquica ou fundacional, empresas públicas ou entidades privadas filantrópicas, que a indicaram como repassadora desses recursos em seus Planos de Trabalho.

Programa CAIXA Melhores Práticas em Gestão Local

O Programa CAIXA Melhores Práticas em Gestão Local tem por objetivo a divulgação e a replicação de práticas com êxito para o desenvolvimento urbano, em diversas modalidades, nas quais houve apoio técnico e financeiro da CAIXA. A empresa obteve resultados expressivos no Programa, na edição 2003/2004, com a inscrição de 259 projetos originários de 22 unidades da federação, evidenciando que esta iniciativa tem despertado grande interesse entre entes governamentais, empresas, sociedade civil, ONG e a população em geral, com um incremento de 95% em relação ao número de projetos inscritos na edição anterior.

A CAIXA como gerenciadora de projetos e programas e incentivadora de inovações tecnológicas

A CAIXA tem atuado na prestação de serviços de gerenciamento de projetos e programas, considerando a competência técnica instalada e a capilaridade de atuação em todos os estados da federação. Nessa direção, foi assinado, em 2003, Contrato de Prestação de Serviços com o Ministério da Justiça/DEPEN, para gerenciamento das obras de construção de 5 Penitenciárias Federais, bem como Acordo de Cooperação com o Governo da Namíbia/África, para assistência técnica aos projetos de desenvolvimento urbano daquele País.

O papel da CAIXA de incentivo a estudos e pesquisas de novas tecnologias para o desenvolvimento urbano tem sido de importância fundamental, sobretudo na redução de custos e melhoria da qualidade dos projetos e processos. Nesse sentido, em parceria com a FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos e com o Ministério da Ciência e Tecnologia, vem apoiando o HABITARE - Programa de Tecnologia de Habitação e o PROSAB - Programa de Pesquisa em Saneamento Básico, que objetivam desenvolver pesquisas para produção e aperfeiçoamento de tecnologias que privilegiem a simplicidade operacional e o baixo custo de investimento, de operação e de manutenção em Saneamento Básico. Em 2003, foram investidos R\$ 600 mil no HABITARE e R\$ 500 mil no PROSAB.

Caixa hospitais

Desde 1997, a CAIXA vem contribuindo para suprir as necessidades imediatas de capital de giro dos hospitais filantrópicos, por meio da operação de crédito denominada CAIXA Hospitais, destinada exclusivamente a apoiar entidades filantrópicas, tendo sido efetivadas, no exercício de 2003, 352 operações que alcançaram o montante de R\$ 152,3 milhões.

Apoio à modernização da gestão pública

A CAIXA vem participando nos últimos anos de projetos de interesse governamental, voltados à implementação de programas e sistemas de apoio à reestruturação, ao ajuste fiscal e à modernização da gestão nas administrações estaduais e municipais, contribuindo de maneira decisiva para o equilíbrio das finanças públicas, assim como para melhor atendimento ao cidadão, seja por meio de financiamentos voltados para esta finalidade, quanto pelo apoio dado na condição de gestora e co-gestora desses Programas e sistemas.

Programas Nacionais de Apoio à Administração Fiscal para os Estados Brasileiros - PNAFE e à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros - PNAFM

Em 2003 foram liberados R\$ 92,3 milhões, equivalentes a US\$ 30,7 milhões, para dar continuidade à execução dos projetos de modernização da área fiscal dos Estados e do Distrito Federal iniciada no ano de 1997. Desde o início do PNAFE já foram liberados US\$ 366,9 milhões que correspondem a 81% dos US\$ 449,3 milhões de recursos destinados pelo BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento.

A CAIXA, agente financeiro e co-executora do PNAFM, responsável pela condução do processo desde 2001, encerrou o ano de 2003 com 24 contratos de subempréstimos assinados, sendo 23 deles com municípios de população superior a 50 mil habitantes, totalizando R\$ 156,7 milhões (equivalentes a US\$ 50,9 milhões) e 1 contrato na modalidade simplificado, no valor de R\$ 300,4 mil (equivalentes a US\$ 97,9 mil) com município de população inferior a 50 mil habitantes. Neste ano foram liberados aos municípios brasileiros R\$ 14,8 milhões, representando 64,0% dos R\$ 23,1 milhões desembolsados desde o início do Programa. Adequações promovidas nas suas condições operacionais viabilizaram a apresentação ao Ministério da Fazenda, para análise, de um volume de projetos envolvendo recursos da ordem de R\$ 363 milhões.

Sistema de Coleta de Dados Contábeis - SISTN

Apoiando a STN - Secretaria do Tesouro Nacional no cumprimento de suas obrigações legais, mediante convênio de cooperação técnica firmado em 2001, a CAIXA coletou em 2003 os balanços do exercício de 2002 de todos os Estados e do Distrito Federal e de 5.121 municípios, ou seja, de 92,1% de todos os municípios brasileiros, com vistas à consolidação e divulgação do conjunto de dados contábeis e informações sobre as finanças daqueles entes, para o acompanhamento por aquela Secretaria dos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Sistema de Acompanhamento de Obras Públicas e Serviços de Engenharia do Governo Federal - OBRASNet

O OBRASNet tem por objetivo integrar as atividades de planejamento, aprovação, liberação de recursos e acompanhamento físico-financeiro das obras realizadas com recursos do Orçamento Geral da União. Trata-se de ferramenta de gestão das obras e serviços de engenharia do Governo Federal, objetivando a sua execução em projetos e custos, respectivamente, compatíveis com as necessidades identificadas e com valores de mercado; com acompanhamento da sua conclusão; com pagamentos pontuais e em conformidade com o cronograma físico-financeiro e com controle efetivo dos correspondentes gastos públicos.

A primeira fase desse sistema foi disponibilizada em novembro de 2002, por meio de página na *Internet*, de conteúdo informacional e com *links* aos sistemas já administrados pela CAIXA, tais como o Acompanhamento de Obras CAIXA, que já conta com mais de 20 mil obras em andamento cadastradas e o SINAPI - Sistema Nacional de Pesquisas de Custo e Índices da Construção Civil, que contém dados relativos a 8 mil itens de insumos da construção civil. Retomado o seu desenvolvimento neste exercício, o OBRASNet permitirá o acesso a todos os cidadãos e Órgãos de Controle do Governo Federal, possibilitando-lhes acompanharem a aplicação e destinação dos recursos públicos.

6 Distribuição de produtos e serviços próprios e de terceiros

Canais físicos de atendimento

A rede física de atendimento da CAIXA, presente em todos os municípios brasileiros, atingiu em 31 de dezembro de 2003, 16,2 mil pontos de atendimento, assim distribuídos:

Rede física - Tipo de unidade	Quantidade de unidades	Quantidade de transações bancárias (em milhões)
Agências e Postos de Atendimento Bancário - PAB	2.126	483,55
Postos de Atendimento Eletrônico - PAE	1.080	38,23
Correspondentes Bancários - Casas Lotéricas	8.922	908,54
Correspondentes Bancários - demais estabelecimentos	2.108	21,34
Salas de Auto-Atendimento 24 h	<u>1.966</u>	<u>696,05</u>
Total	<u>16.202</u>	<u>2.147,71</u>

Rede lotérica

O ano de 2003 fechou com 2,9 bilhões de transações, sendo 920 milhões com serviços bancários e 2,0 bilhões com os diversos jogos de loterias. O quadro a seguir evidencia as modalidades de transações, destacando-se as de arrecadações de contas de energia, telefone e saneamento, bem como os pagamentos dos benefícios sociais do Governo Federal.

Valores em R\$ Milhões/Quantidades em milhões

Modalidades de transação	2002		2003	
	Quantidade (em milhões)	Valor (R\$ milhões)	Quantidade (em milhões)	Valor (R\$ milhões)
Contas concessionárias	628,64	26,50	595,66	29,03
Tributos	31,56	1,52	37,69	1,91
Cobranças bancárias	63,98	6,82	70,07	7,90
Contribuições sociais	24,86	1,63	27,50	2,13
Benefícios Pagos	51,60	2,38	75,17	4,08
Recebimento Declaração Isento IR	29,81	17,89	32,20	24,15
Depósitos bancários	9,15	1,51	14,94	2,63
Saques bancários	25,05	2,74	44,15	5,67
Saldos bancários	<u>8,37</u>	<u>-</u>	<u>22,96</u>	<u>-</u>
Total Serviços Bancários	<u>873,07</u>	<u>43,17</u>	<u>920,37</u>	<u>53,40</u>
Total jogos Loterias	<u>1.800,50</u>	<u>3.011,67</u>	<u>2.007,01</u>	<u>3.544,48</u>
Total geral	<u>2.673,58</u>	<u>3.054,84</u>	<u>2.927,39</u>	<u>3.597,88</u>

Comparando-se os exercícios, verifica-se o crescimento de 9,49% na quantidade de transações e de 17,77% nos valores movimentados nas Casas Lotéricas. Este crescimento é resultado da política de qualidade no atendimento aos empresários lotéricos que, dentre outras medidas, os credenciou a participarem dos cursos na Universidade CAIXA, visando à qualificação dos serviços prestados à sociedade brasileira.

Demais correspondentes bancários

Os demais Correspondentes Bancários viabilizam a presença da CAIXA em todos os 5.561 municípios brasileiros, sendo que nesse canal foram registradas 23,3 milhões de transações, totalizando cerca de R\$ 1,1 bilhão, com destaque para as cerca de 9,1 milhões de transações relativas ao pagamento dos diversos benefícios sociais do Governo Federal, movimentando R\$ 349,1 milhões.

A exemplo da rede lotérica, os demais Correspondentes Bancários exercem importante papel na oferta dos diversos serviços bancários à sociedade, estando assim distribuídos no território nacional:

Região	Quantidade
Centro Oeste	258
Nordeste	746
Norte	141
Sudeste	503
Sul	<u>460</u>
Total	<u>2.108</u>

Canais virtuais de atendimento

O portal da CAIXA, na *internet*, www.caixa.gov.br, recebeu em torno de 351 milhões de acessos, dedicados à visita de 1,96 bilhões de páginas ao longo do exercício. Destaca-se o acesso eletrônico a informações do FGTS (saldo, extrato e alteração de endereço, entre outros), por mais de 8,5 milhões de trabalhadores, com 102,6 milhões de acessos nesse período.

No final do exercício, encontravam-se cadastrados no portal da CAIXA, para receber suas mensagens eletrônicas sobre produtos e serviços, incluindo resultados de loterias, informações sobre capitalização, saldos e extratos bancários e notícias da imprensa, cerca de 876 mil clientes, aos quais foram enviadas 31 milhões de mensagens. O Banco Eletrônico, o *Internet Banking* CAIXA, totalizou 2,3 milhões de contas cadastradas, com movimentação de R\$ 11,3 bilhões e 81,5 milhões de transações.

No *site* da CAIXA, www.caixa.gov.br/depósitos, foi disponibilizado novo serviço que agrega comodidade e agilidade no tratamento dos depósitos judiciais, beneficiando as partes do processo judicial, seus advogados, bem como serventuários e magistrados, tornando-se mais um canal de atendimento para a abertura de contas, a efetivação de depósitos judiciais e a impressão de comprovantes, além da emissão de TED - Transferências Eletrônicas Disponíveis e possibilitando aos magistrados o acompanhamento da movimentação financeira e evolução dos saldos de depósitos judiciais às suas ordens.

A rede de *telemarketing* CAIXA realizou 77,8 milhões de atendimentos à sociedade brasileira, sendo 18,0 milhões deles voltados aos Programas Sociais do Governo Federal:

Programa	Quantidade (em milhões)
Programa de Integração Social - PIS	9,10
Créditos Complementares do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS	5,80
Programa Bolsa Escola	1,50
Seguro Desemprego	1,00
Programa de Financiamento Estudantil - FIES	0,10
Bolsa Família	0,21
Outros programas sociais	<u>0,31</u>
Total	<u>18,02</u>

O Disque CAIXA realizou mais de 21 milhões de atendimentos, dos quais 16,5 milhões efetuados eletronicamente e 3,8 milhões por operadores, envolvendo consultas sobre produtos de transferência de benefícios.

SAC - Serviço de Atendimento aos Clientes

Após as mudanças na sistemática de classificação, que ocorreu em maio, o BACEN divulgou oito edições do *ranking* de atendimento das Instituições Financeiras com mais de 1 milhão de contas e com maior número de irregularidades. A CAIXA ficou fora de seis delas, consolidando marca inédita em indicador que, embora não sendo o único medidor de qualidade do atendimento bancário, é um importante termômetro para se aferir o nível de conformidade da Empresa em relação às determinações da autoridade monetária.

Em comparação com 2002, houve uma redução de 4,5% no número de ocorrências registradas contra a CAIXA junto ao BACEN, num contexto em que a empresa abriu mais de um milhão de novas contas e continuou a efetuar o pagamento das correções dos planos econômicos do FGTS.

O número de ocorrências registradas no SAC cresceu 17% em relação ao ano anterior, totalizando 114,7 mil. Cresceu no mesmo percentual o número de reclamações, que chegou a 101,8 mil. Em números absolutos, o número de atendimentos aos cidadãos que registraram reclamações, denúncias, sugestões e elogios em 2003 foi da ordem de 17 mil acima do verificado no ano anterior.

A CAIXA participou dos mais importantes eventos de Ouvidores realizados em 2003, com o intuito de trocar experiências e apresentar resultados já colhidos pelo VIVA VOZ, canal interno de relacionamento entre os empregados e gestores da CAIXA. Este canal foi selecionado como caso de sucesso, dentre dezenas de experiências inscritas no VIII Encontro Nacional de Ouvidorias, realizado em Gramado/RS, em setembro de 2003, quando foi elogiado e reconhecido como um dos mais importantes e eficientes meios de relacionamento entre empregados e gestores.

7 Negócios bancários e imobiliários

Captação

A CAIXA finalizou 2003 com saldo em caderneta de poupança da ordem de R\$ 43,8 bilhões, registrando assim crescimento de R\$ 1,4 bilhão em relação ao ano anterior, o que lhe garantiu participação de mercado de 30,4%, também superior à obtida em dezembro de 2002. Pela segunda vez consecutiva, a empresa recebeu o prêmio *TOP OF MIND*, instituído pelo Jornal Folha de São Paulo para premiar as marcas mais lembradas pelos consumidores brasileiros, ratificando sua incontestável liderança no produto caderneta de poupança.

Em 31 de outubro de 2003, Dia Mundial da Poupança, a CAIXA lançou uma nova campanha publicitária - FORÇA X, que tem por objetivo revigorar o produto, resgatando o conceito de poupar junto às crianças, a partir do incentivo ao hábito sadio de não desperdício dos recursos naturais.

As operações de LH - Letras Hipotecárias com *swap* apresentaram saldo de R\$ 9,2 bilhões e 53.429 operações, representando incremento no ano de R\$ 1,7 bilhão, equivalente a 28,05% em relação à 31 de dezembro de 2002. Em abril de 2003, foi lançado o produto Letra Hipotecária de Rendimento Crescente, direcionada ao varejo com remuneração formada por TR mais cupom de juros, para aplicações a partir de R\$ 20 mil, limite alterado para R\$ 5 mil a partir de novembro de 2003. Tal modalidade permite resgate antecipado com taxa de remuneração já definida na contratação, constituindo-se *funding* para financiamentos à Habitação. O saldo total do produto em 31 de dezembro de 2003 foi de R\$ 121,3 milhões, com 3.874 operações efetuadas.

A CAIXA atuou em parceria com a STN - Secretaria do Tesouro Nacional e a CBLC - Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia, buscando o crescimento da base de clientes do Tesouro Direto, produto que visa a democratizar o acesso aos Títulos Públicos, incentivar a formação de poupança de longo prazo para pequenos investidores e permitir a participação da sociedade na administração e estruturação da dívida pública federal. Em 31 de dezembro de 2003, apresentou total negociado acumulado de R\$ 37,2 milhões, com participação no mercado, por volume de negócios, de 9,5% e, por quantidades de clientes, de 12,1%, ocupando a 3ª posição.

Crédito comercial

A CAIXA encerrou o ano de 2003 com uma carteira de empréstimos no valor de R\$ 6,9 bilhões, registrando crescimento de 12,2% em relação ao ano de 2002. Foram aplicados no período R\$ 19,6 bilhões em crédito comercial, com crescimento de 25,3% em relação ao exercício anterior, quando se aplicou R\$ 15,7 bilhões.

Destaque deve ser dado ao incentivo para o ramo de turismo, onde a CAIXA liberou recursos no total de R\$ 90 milhões para micro e pequenas empresas, com crescimento de 122% em relação ao ano de 2002. Foi importante também o direcionamento da carteira de capital de giro para as operações com a garantia de recebíveis, que saltaram de R\$ 254 milhões em 2002 para R\$ 885 milhões em 2003, com incremento de 248% na carteira de desconto. As contratações de operações de incentivo às vendas, também direcionadas às Pessoas Jurídicas, cresceram 156,19 % em relação ao ano de 2002, totalizando R\$ 1,3 bilhão em 2003.

Entre as operações com Pessoas Físicas destacam-se as por conta de convênios para consignações em folha de pagamento, que cresceram 81,5% em relação ao ano de 2002, perfazendo o valor R\$ 2,2 bilhões, em concessões no ano de 2003, contra R\$ 1,2 bilhão no ano anterior.

A Conta CAIXA Aqui e o Microcrédito - Produtivo

A Conta CAIXA Aqui é a primeira conta simplificada lançada no mercado brasileiro, que permite à população de baixa renda acesso aos serviços bancários com facilidade e comodidade, haja vista inexigência de comprovação de renda ou depósito mínimo para a sua abertura, sendo movimentada unicamente por cartão magnético e aberta tanto nas Agências, quanto nos Correspondentes Bancários da CAIXA, fatores que contribuem para ampliar a bancarização.

A perspectiva inicial era de abertura, até o final do ano, de 500 mil contas, sendo que, já em setembro de 2003, esse patamar foi superado, chegando-se a 672 mil contas no final do mês, com saldo total de R\$ 26,2 milhões. No final de 2003 registrou-se a abertura de mais de 1,1 milhão de contas, sendo que desse quantitativo, 336 mil clientes já contam com crédito aprovado, com o total de R\$ 67,0 milhões, disponível para utilização.

A participação no total de transações realizadas com cartão de débito, que em junho representava 2,0%, chegou a 15,0% no final de 2003, graças à possibilidade de os clientes efetuarem as suas compras diretamente nos estabelecimentos comerciais.

A CAIXA passou a atuar em 2003 na concessão de microcrédito para capital de giro e/ou investimento fixo, aos microempreendedores pessoas físicas ou jurídicas, que atuam nos setores formal ou informal da economia, por meio de credenciamento de IMF - Instituições de Microfinanças, contribuindo, desta forma, para a geração de emprego e renda.

Em Salvador/BA, tendo como mandatária a ONG - Moradia e Cidadania, a CAIXA detém carteira de 2.416 microcréditos, com o saldo total de R\$ 2,7 milhões, beneficiando cerca de 1.200 microempreendimentos informais, que viabilizam a geração e/ou manutenção de 1.800 postos de trabalho. Foram credenciadas ainda no ano 4 novas instituições para operar com o Microcrédito CAIXA, sendo 2 no estado de Minas Gerais, 1 no Rio de Janeiro e 1 em São Paulo.

Serviços bancários

A CAIXA fez-se presente, também, na Prestação de Serviços Bancários, oferecendo à sociedade serviços sob diversas modalidades, em que foram concretizadas mais de 291 milhões de transações, envolvendo R\$ 66,1 bilhões em créditos de salário, cobrança bancária, arrecadações de contribuição sindical, do FGTS e de outros convênios. As arrecadações por conta das concessionárias públicas, por exemplo, atingiram o montante de R\$ 32,3 bilhões, com 606,5 milhões de transações.

Conciliando a execução de políticas públicas com a geração de negócios, a CAIXA atuou na instituição ou adequação de regimes previdenciários próprios para Estados e Municípios, tendo celebrado 68 novas contratações de serviços de assessoria técnica nas áreas atuarial, jurídica e organizacional, contribuindo para garantir aposentadorias e pensões a 67.317 servidores públicos.

Crédito imobiliário

As contratações com o CONSTRUCARD fecharam o ano de 2003 registrando crescimento de 38,4% em relação às realizadas no ano anterior. Foram aplicados neste ano R\$ 505 milhões, correspondentes a 34.097 contratos. Em novembro de 2003, foram retomadas as contratações das operações com Carta de Crédito CAIXA, suspensas desde Agosto de 2001. Durante os 2 meses, registrou-se a contratação de R\$ 21 milhões.

Diante dos desafios colocados pelas necessidades de geração de empregos e reversão do déficit habitacional brasileiro, fez-se necessária a implantação de projetos de interesse social, viabilizados por instrumentos modernos de captação e reciclagem de recursos. Dentre esses, encontra-se a COI - Central de Operações Imobiliárias, implantada pela CAIXA para viabilizar o controle e padronização da concessão e manutenção de créditos imobiliários, de forma totalmente automatizada, agregando qualidade, redução de custos e minimização de riscos. Inicialmente, este modelo foi implantado para atendimento aos Pontos-de-Venda da região metropolitana de São Paulo, onde se registrou a tramitação de mais de 14 mil processos, resultando na contratação, até o final de 2003, de aproximadamente 10 mil novas operações de crédito imobiliário.

Empréstimos sob penhor

O produto Penhor proporciona, há mais de um século, acesso ao crédito aos cidadãos brasileiros, de forma simplificada, com rapidez e agilidade, reforçando assim, a atuação da CAIXA no âmbito social. As taxas de juros variam conforme o valor emprestado. Nesta carteira foram concedidos no ano empréstimos no montante de R\$ 4,1 bilhões, por meio de 9,8 milhões de contratos, representando incremento de 21,2% em relação aos valores emprestados em 2002.

Produtos de fidelização

A CAIXA disponibiliza em sua rede de agências os produtos de seguros, previdência, capitalização e consórcio imobiliário da coligada CAIXA Seguros, com vistas a fidelizar clientes, atendendo aos seus anseios e necessidades. Em 2003, destaca-se o desempenho na comercialização do título CAPMAIS, com pagamento único que, lançado no mês maio, registrou a comercialização de 2,3 milhões de títulos:

Produto	Valor (R\$ mil)	Quantidade (em unidades)
Previdência Privada	319.211	249.422
Capitalização	158.877	2.958.417
Seguros	<u>112.585</u>	<u>1.232.515</u>
Total	<u>590.673</u>	<u>4.440.354</u>

Destaca-se também o desempenho do Consórcio Imobiliário, em torno do qual se comercializaram 19.463 cotas, com 1.052 consorciados já contemplados com cartas de crédito para aquisição de moradias. Em apenas um pouco mais de um ano nesse mercado, a CAIXA já ocupa a 2ª posição.

Cartões - Crédito e débito

A CAIXA encerrou 2003 com 1,8 milhão de cartões de crédito e faturamento de R\$ 3,4 bilhões, representando crescimento de 14% em relação a 2002. Já a base de cartões de débito cresceu 25,5% em relação a 2002, fechando o ano com 28,1 milhões de cartões. Este expressivo volume foi responsável por 56,3 milhões de transações eletrônicas e faturamento de R\$ 2,2 bilhões em 2003, perfazendo quase 50% mais que em 2002:

Faturamento em R\$ Bilhões/Base e quantidade em milhões

Cartões de débito	2002	2003	Variação
Base de cartões	22,4	28,1	25,5%
Quantidade de transações	41,2	56,3	37%
Volume de faturamento	1,5	2,2	47%

8 Fundos, programas e serviços delegados pelo Governo

FGTS - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço

A CAIXA, na qualidade de Agente Operador do FGTS, registrou no exercício arrecadação de contribuições no valor de R\$ 24,9 bilhões, por meio de 39,9 milhões de transações, bem como 18,5 milhões de pagamentos, totalizando R\$ 20,3 bilhões. Foram efetivados nas contas vinculadas do FGTS, mais de 10 milhões de créditos complementares decorrentes de planos econômicos, num montante de R\$ 8,6 bilhões, sendo que desse total foram sacados R\$ 6,2 bilhões pelos trabalhadores.

Durante o ano foram recuperados, junto aos agentes financeiros classificados como liquidandas e repassadoras, R\$ 535,0 milhões de créditos tidos como de difícil recuperação, dadas as características e situação dos agentes. Os resultados alcançados reduzem os riscos da União e disponibilizam recursos para novas aplicações pelo FGTS.

Foram ainda injetados na economia R\$ 2,9 bilhões na forma de desembolsos referentes às parcelas das contratações de obras de habitação, saneamento e infra-estrutura urbana realizadas nos últimos anos. Assim, o FGTS, por intermédio da CAIXA, contribuiu para movimentar na economia brasileira a quantia de R\$ 29,4 bilhões.

Ao longo do ano, cumprindo as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Curador do FGTS, a CAIXA contratou R\$ 4,5 bilhões junto aos Agentes Financeiros para serem aplicados nas áreas de habitação, saneamento e infra-estrutura urbana. Desse total, os Agentes Financeiros já contrataram com os mutuários finais um montante de R\$ 3,85 milhões, financiando 204,6 mil unidades habitacionais, beneficiando uma população de 9,6 milhões de pessoas e gerando mais de 607 mil empregos.

Créditos complementares FGTS

Segundo o art. 4º da LC - Lei Complementar nº 110/01, a efetividade dos créditos complementares FGTS relativos aos Planos Verão e Collor I estava condicionada à assinatura do Termo de Adesão pelos trabalhadores. Assim, do total estimado de 38,8 milhões de trabalhadores com direito aos créditos, até 30 de dezembro de 2003, data prevista para encerramento das adesões, mais de 32 milhões haviam firmado o termo, representando 83% daquele total.

Do total de 121,7 milhões de contas com direito aos créditos complementares, foram beneficiadas 72,3 milhões, com o montante de R\$ 19,0 bilhões. Desse total de créditos, foram contemplados, em 2003, com pagamentos/saques efetivos, os titulares de 41,1 milhões de contas vinculadas, com o montante de R\$ 13,3 bilhões.

Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior - FIES

O FIES, voltado para a concessão de financiamentos para os estudantes de famílias de baixa renda concluírem seus cursos superiores, apresentou número recorde de candidatos em seu 8º processo seletivo. As 277.681 inscrições resultaram na contratação de 49.346 novas vagas, no montante de R\$ 103,4 milhões. Ainda em 2003 foram aditados - renovados por mais um período de estudo - 262.710 contratos, que resultaram na disponibilização de R\$ 550,7 milhões. Em dezembro, a carteira total do FIES apresentou saldo de R\$ 2,3 bilhões, com 271.992 estudantes atendidos.

Serviços delegados e programas de transferência de renda

No ano de 2003, adicionalmente aos pagamentos por conta do FGTS, foram realizados cerca de 300 milhões de pagamentos de outros benefícios sociais operados pela CAIXA. O volume de recursos envolvidos totalizou R\$ 24,6 bilhões, representando incremento de 26,0% em relação ao ano anterior. Na quantidade de pagamentos, o crescimento registrado foi de 23,3%, conforme evidencia a tabela a seguir:

Benefícios	2002		2003	
	Quantidade (em unidades)	Valor (R\$ mil)	Quantidade (em unidades)	Valor (R\$ mil)
Programas de Transferência de Renda	172.469.275	2.146.804	225.930.055	3.143.587
Previdência Social	27.891.566	9.873.888	29.545.902	12.379.065
Abono	5.374.175	1.014.510	6.619.424	1.517.230
PIS	17.375.425	890.955	16.983.542	980.237
Seguro Desemprego	<u>20.131.252</u>	<u>5.548.124</u>	<u>20.873.804</u>	<u>6.536.138</u>
Total	<u>243.241.693</u>	<u>19.474.281</u>	<u>299.952.727</u>	<u>24.556.257</u>

Foram efetivadas, ainda, cerca de 29,9 milhões de transações de arrecadação, por conta do INSS, no valor de R\$ 8,3 bilhões. A CAIXA mantém-se como o maior banco arrecadador da Previdência Social. Para propiciar maior comodidade e facilidade aos beneficiários do INSS, a empresa implantou o pagamento dos benefícios em municípios não assistidos pela rede bancária, por meio dos Correspondentes Bancários CAIXA Aqui - Lojistas e Lotéricos. Já foram contemplados 238 municípios e cerca de 41 mil beneficiários.

A CAIXA implementou, em julho de 2003, o pagamento com o Cartão do Cidadão para todas as modalidades do Seguro-Desemprego, o que possibilitou o pagamento do benefício também nos correspondentes bancários. Foram pagos por meio desse canal cerca de 1,2 milhão de benefícios.

Operando os Programas de Transferência de Renda do Governo Federal, compreendendo o Agente Jovem, Auxílio Aluno, Auxílio Gás, Bolsa Alimentação, Bolsa Escola, Bolsa Família, Bolsa Renda, Garantia Safra, PCA - Programa Cartão Alimentação e PETI - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, a CAIXA atendeu 7,8 milhões de famílias com o pagamento de R\$ 3,1 bilhões em 225,9 milhões de parcelas. Em relação a 2002, houve incremento de 31,0% na quantidade de parcelas pagas e de 48,6% nos valores movimentados:

Programas	2002		2003	
	Quantidade (em unidades)	Valor (R\$ mil)	Quantidade (em unidades)	Valor (R\$ mil)
Agente Jovem	5.238	340	94.420	6.137
Auxílio Aluno - PROF AE	680.403	20.412	792.655	23.778
Auxílio Gás	65.991.293	494.934	100.418.969	753.142
Bolsa Alimentação	6.247.918	93.718	18.327.027	274.905
Bolsa Escola	96.628.549	1.449.428	92.582.898	1.388.742
Bolsa Família	-	-	4.986.981	376.082
Bolsa Renda	2.874.917	86.247	5.544.152	166.325
Garantia Safra	-	-	42.395	4.027
PCA - Fome Zero -Cartão Alimentação	-	-	2.177.004	108.849
PETI	<u>40.957</u>	<u>1.725</u>	<u>963.554</u>	<u>41.600</u>
Total	<u>172.469.275</u>	<u>2.146.804</u>	<u>225.930.055</u>	<u>3.143.587</u>

Cadastro único

Para atender ao estabelecido no Termo de Compromisso do Cadastro Único, firmado entre a CAIXA e o Ministério da Assistência Social, foram implementadas ações para otimizar o atendimento com vistas ao cadastramento da população carente. Essas ações consistem basicamente em treinamento para os empregados da CAIXA, palestras nos municípios e implementação de nova versão do aplicativo de atendimento. Em 2003, a CAIXA cadastrou aproximadamente 2,5 milhões de famílias, resultando numa base total de 8,1 milhões de famílias beneficiadas pelos programas sociais do Governo Federal.

Descrição	Quantidades em unidades	
	2002	2003
Novas famílias cadastradas - Cadastro Único	5.559.339	2.465.143
Cartões emitidos		
Bolsa Alimentação	135.092	
Bolsa Escola	265.306	
PROFAE	208.358	57.058
Cartão do Cidadão CAIXA	18.228.134	3.575.867
Cartão Social da Previdência	223.909	192.149
Cartão do Cidadão - Governo Federal	<u>5.353.637</u>	<u>1.884.372</u>
Total de cartões emitidos	<u>24.414.436</u>	<u>5.709.446</u>

A redução da quantidade de novos cadastramentos ocorreu em função do processo ter alcançado 98% dos municípios brasileiros em 2003.

Em outubro de 2003, o Governo Federal criou o Bolsa Família com o propósito de unificar os benefícios do Bolsa Escola, Auxílio Gás, Bolsa Alimentação e Programa Cartão Alimentação. Até Dezembro, foram migrados para o Bolsa Família 3,6 milhões de cadastros de famílias originados desses programas de transferência de renda. As famílias que possuem seus cadastros no Bolsa Família já recebem o novo benefício instituído em outubro. As demais famílias, que ainda não tiveram seus cadastros migrados, continuam a receber seus benefícios nos respectivos programas de origem até terem essa condição alterada.

Administração de Loterias

As Loterias administradas pela CAIXA arrecadaram em 2003 R\$ 3,5 bilhões, tendo repassado a diversos fundos, programas e entidades assistidos pelo Governo Federal, o valor de R\$ 1,7 bilhão, representando crescimento de 17,7% em relação ao exercício anterior:

Destinação da arrecadação das Loterias Federais

Destinação	R\$ mil	
	2002	2003
IR	386.494	451.982
Fundo Nacional da Cultura	86.247	101.598
Seguridade Social	500.640	582.603
FIES - Financiamento ao Estudante Superior	205.002	249.500
Clubes de Futebol e Federações	6.239	6.786
Secretaria Nacional de Esportes	144.952	168.982
FUNPEN - Fundo Penitenciário Nacional	87.291	106.494
COB - Comitê Olímpico Brasileiro	48.844	57.572
CPB - Comitê Paraolímpico Brasileiro	8.619	10.160
Testes especiais (APAE, CRUZ VERMELHA, COB e CPB)	<u>416</u>	<u>689</u>
Repasso Total	<u>1.474.744</u>	<u>1.736.366</u>

9 Administração de riscos

Diante da perspectiva da publicação do documento final do Novo Acordo de Capital de Basiléia - Basiléia II, impondo aos bancos a adoção de gerenciamento adequado dos riscos operacionais, a CAIXA prossegue desenvolvendo modelos e procedimentos para a sua correta identificação, mensuração, controle/mitigação e monitoração.

No ano de 2003 foram finalizadas as especificações dos filtros para coleta de dados referentes às perdas operacionais das áreas de Tesouraria e de Administração de Recursos de Terceiros.

Na gestão do risco de crédito a CAIXA implantou em 2003 a ferramenta de análise de portfólio *Credit Risk Plus*, a qual permite a gestão da carteira de crédito, por meio do conhecimento das perdas esperada e inesperada, do capital econômico e do RAROC - rentabilidade ajustada ao risco. A rotina de avaliação dos proponentes de crédito passou a gerar resultados em tempo real, ampliando a segurança das operações, a produtividade do ponto de venda e a satisfação dos clientes.

10 Prevenção contra crimes de lavagem de dinheiro

Tendo em vista a importância do tema, a CAIXA vem atuando proativamente, participando de fóruns, debates e discussões sobre as normas e regulamentos que regem a matéria, junto aos órgãos reguladores e demais instituições financeiras, na busca de soluções cooperativas que visem à melhoria do combate a esse ilícito.

Como resultado desse esforço, o COAF - Conselho de Controle de Atividades Financeiras, do Ministério da Fazenda, reconheceu a CAIXA como referência na atividade de prevenção contra crimes de lavagem de dinheiro, recomendando-a como ponto de contato e informação, quando da visita ao país de representantes da CICAD/OEA - Comissão Interamericana de Controle do Abuso de Drogas da Organização dos Estados Americanos. Destacam-se, ainda, a participação da empresa no VII Encontro de Juizes Federais, abordando o tema “A Prevenção à Lavagem de Dinheiro nas Instituições Financeiras”; a visita à empresa dos membros do GAFI - Grupo de Ação Financeira sobre Lavagem de Dinheiro, com atuação internacional e o seu patrocínio ao I Simpósio “Estratégia Nacional de Combate à Lavagem de Dinheiro” - ENCLA 2004, coordenado pelo Ministério da Justiça.

11 Controles internos, transparência e conformidade

Dando continuidade à prática de exposição à sociedade do seu desempenho econômico-financeiro e operacional, além da sua publicidade em jornais, revistas e em seu *site* na *Internet*, a CAIXA efetuou a apresentação dos seus resultados no exercício de 2002 e até o 3º trimestre de 2003 aos dirigentes e associados da APIMEC - Associação dos Analistas e Profissionais do Mercado de Capitais do Distrito Federal, de Minas Gerais, do Ceará, do Rio Grande do Sul e de São Paulo.

Outro destaque no período na mesma direção foi a contratação da Agência *Austin Rating* para a classificação da qualidade da gestão na administração dos ativos de terceiros. Para a classificação de risco das empresas gestoras, a *Austin* realiza análise comparativa das melhores práticas consideradas pelo mercado para a gestão de recursos, tais como: grau de supervisão geral das atividades do *asset*, controles utilizados, gerenciamento de riscos, volume administrado, capacidade da administração, segregação de funções, posicionamento no mercado, dentre outras. Desta forma, a CAIXA valoriza a transparência em suas atividades, como gestora de recursos de terceiros, respeitando os interesses dos investidores que se relacionam com a empresa.

A CAIXA continuou investindo também no aperfeiçoamento de controles, na promoção da conformidade e no desenvolvimento de cultura de *compliance* na organização, visando à efetividade do seu SCI - Sistema de Controles Internos. Nessa direção, foram implementadas novas ações, metodologias e ferramentas de controle, compreendendo, dentre outras, a implantação do roteiro padrão para lançamento de sistemas; a especificação de nova rotina visando priorizar, de forma sistematizada, procedimentos e ações básicas para assunção de PV - Pontos-de-Venda e a revisão de procedimentos de controle em processos e produtos vinculados à Tesouraria, Administração de Recursos de Terceiros, SPB - Sistema Pagamento Brasileiro, Operações de Crédito e com elevada exposição a riscos.

Nas atividades de acompanhamento e promoção da conformidade CAIXA, diversas ações foram implementadas, destacando-se o monitoramento, em tempo real, de transações realizadas em PV, no intuito de detectar ocorrências que caracterizem inobservância às normas internas ou conflito em relação aos princípios éticos definidos pela empresa e o desenvolvimento de sistema para monitoramento das operações realizadas na gestão de recursos de terceiros, a ser homologado/implantado no início de 2004.

12 Política de segurança

A CAIXA iniciou o desenvolvimento do Projeto “Agência Modelo” que estabelece novo padrão de segurança para as suas unidades mediante a utilização de Sistemas de Proteção Física Integrada. Esse projeto consiste na utilização de alta tecnologia e de rotinas de segurança aderentes à regulamentação externa, observadas as características das agências e tendo por finalidade proporcionar aos clientes e empregados ambiente ainda mais seguro para a realização dos seus negócios e atividades bancárias.

Com vistas a manter níveis eficientes de segurança da informação, compatíveis com a sua imagem institucional perante o Governo Federal e os seus clientes, a CAIXA deu ênfase à implantação de política, organização e classificação da informação aderente à Norma de Padrão Internacional, NBR ISO/IEC-17799, garantindo os princípios básicos de integridade, confidencialidade e disponibilidade das informações.

Ainda para a melhoria da segurança nas agências, bem como otimizar os processos relacionados à distribuição de numerário, com ganhos tanto para os tesoureiros, quanto para os caixas executivos e conseqüente agilização do atendimento aos clientes, foram adquiridos 1.251 cofres automáticos e eletrônicos, dotados de módulos pagadores e depositários de envelopes, que serão instalados até junho de 2004.

13 Programa de Racionalização de Gastos e Eliminação de Desperdícios - PROGED

O PROGED foi criado pela CAIXA em 8 de agosto de 2002, com o intuito de preparar a otimização do nível de gastos administrativos para 2003, bem como a permanente análise e equilíbrio desses gastos em relação à sua real capacidade de geração de receitas operacionais.

Este Programa viabiliza seus objetivos e metas por meio do estímulo ao desenvolvimento do conhecimento organizacional sobre o assunto e da conscientização para a responsabilidade individual na otimização do uso dos recursos. Ele é uma iniciativa estratégica que atua pontualmente nas ineficiências existentes e aponta e estimula a adoção de soluções inovadoras, tendo alcançado, no exercício de 2003, economia da ordem de R\$ 284,1 milhões, destacando-se:

Solução	Valor (R\$ mil)
Renegociação de contratos com os 50 maiores fornecedores	70.660
Assunção pela CAIXA do atendimento por meio do canal de distribuição <i>Telemarketing</i> , antes terceirizado	60.000
Gastos com a emissão e postagem de cartões magnéticos, caixa-rápido e extratos	49.880
Pregão eletrônico para a aquisição de microcomputadores com solução de gerenciamento	23.220
Licitação de 2.500 circuitos de dados distribuídos em três macro-regiões: Norte-Nordeste; Centro-Sul e São Paulo	18.490
Licitação de 47 circuitos de banda larga alocados em três centrais: São Paulo; Rio de Janeiro e Brasília	18.350
Absorção dos contratos de carteiras imobiliárias adquiridas que se encontravam sob a administração de terceiros	16.830

14 Projeto CAIXA Fome Zero

A CAIXA foi a primeira instituição a receber a Certificação de Empresa Parceira do Programa Fome Zero, por suas ações de iniciativa própria e aquelas desenvolvidas em conjunto com o MESA - Ministério Extraordinário da Segurança Alimentar, durante o ano de 2003, quando resultaram nas seguintes inversões para o Programa:

- 771 toneladas de alimentos; e
- R\$ 2,12 milhões em doações.

O Fundo CAIXA FIF Fome Zero, que tem 50% da taxa de administração repassada ao Programa, viabilizou a transferência de R\$ 641,7 mil no período.

15 Capacitação da força de atendimento

Recursos humanos

Em 2003 a CAIXA efetuou 2.853 novas contratações, finalizando o exercício com 57.382 empregados em seu quadro de pessoal. Em 2003 a CAIXA prosseguiu investindo fortemente na capacitação de seus colaboradores, especialmente voltada para a melhoria na qualidade do atendimento. As principais ações em treinamento e desenvolvimento no período foram:

Atividade	Quantidade de empregados
Cursos na Universidade Corporativa CAIXA	45.099
Pós-Graduação <i>Lato e Strictu Sensu</i>	1.154
Cursos de Graduação	1.300
Curso Superior de Formação Específica em Gestão Estratégica das Organizações	500
Idiomas estrangeiros	525

Concretiza-se a política de Educação Corporativa por meio da UCC - Universidade Corporativa CAIXA que, desde Outubro de 2003, se encontra em *site* específico na *Internet* - www.universidadecorporativa.caixa.gov.br, aberta ao público em geral, disponibilizando informações organizadas em espaços tais como: publicações, Prata da CAIXA, notícias e cursos.

O PPQAV - Programa de Qualificação em Atendimento e Vendas é uma iniciativa de caráter permanente, que envolve todos os empregados dos PV CAIXA. Composto por um conjunto de estratégias que visam ao estabelecimento de padrões de atendimento e de serviços, o PPQAV tem por objetivo promover a qualificação e atualização contínua das equipes da CAIXA, visando a excelência no atendimento e no relacionamento com o cliente. Trata-se de um esforço integrado e orientado para consolidar a importância do atendimento como diferencial de competitividade.

O PPQAV conta com 4 treinamentos presenciais e 42 módulos disponíveis na UCC, dirigidos a toda equipe das agências, sendo que em 2003 foram registradas 91.180 participações nos cursos oferecidos. Este programa foi premiado pela ENAP - Escola Nacional de Administração Pública, como excelência em gestão pública no âmbito do Governo Federal, estando entre as 15 experiências premiadas pelo comitê julgador do 8º Concurso Inovação na Gestão Pública Federal.

No contexto de uma atuação empresarial com responsabilidade social, a CAIXA criou o Programa Adolescente Aprendiz que tem como principal objetivo proporcionar a oportunidade do primeiro emprego, com qualificação em serviços bancários e administrativos, visando à inserção do adolescente aprendiz no mercado de trabalho, além de estimulá-lo à prática da cidadania, valores éticos e profissionais dentro e fora do ambiente de trabalho. Em julho de 2003, a CAIXA deu início ao Programa, que contemplará, aproximadamente, 3.700 adolescentes até janeiro de 2005. Ao final do exercício já haviam sido contratados 1.090 adolescentes.

No mesmo período, o Programa Saúde CAIXA proporcionou cerca de 1,3 milhões de atendimentos a 216 mil beneficiários, empregados e aposentados da CAIXA e seus dependentes.

Infra-estrutura tecnológica

Durante o exercício de 2003, com investimentos da ordem de R\$ 305,34 milhões, foi ampliada a infra-estrutura tecnológica da CAIXA, aumentando em 42% a sua capacidade de processamento e em 15% a sua capacidade para armazenamento de dados, em relação ao ano de 2002. Com isso, a capacidade produtiva do ambiente tecnológico possibilitou o atendimento de forma global às demandas corporativas.

16 Atuação sócio-cultural e em marketing

Em 2003, a CAIXA realizou ações de *marketing* e *endomarketing* materializadas pela comunicação/divulgação, patrocínios, participação em eventos, que ratificam a sua imagem corporativa de instituição que busca continuamente conscientizar clientes, a comunidade e segmentos a ela vinculados sobre a utilização dos seus produtos, serviços e canais de atendimento, responsabilidade social e ao mesmo tempo tornar transparente a sua atuação voltada aos interesses sócio-culturais e às políticas de governo.

Dentre as ações de comunicação externas realizadas em 2003, destacam-se as empreendidas em torno do CAIXA FIF Fome Zero, da Conta CAIXA Aqui, da campanha “Crédito para os brasileiros. A CAIXA tem” e do FIES. Dentre as ações de *Endomarketing* e Comunicação Interna, destaca-se a realizada por conta do Programa Adolescente Aprendiz e do Planejamento Participativo CAIXA 2004. Os principais prêmios conquistados foram o *Marketing Best/Responsabilidade Social*, o *Top Marketing* da ADVB e o Prêmio *Ibest*.

Dentre os eventos realizados, merece relevo, por se referir à primeira vez em sua história recente que a empresa recebeu a visita do Senhor Presidente da República, o que se deu por ocasião da comemoração do marco de um milhão de Contas Caixa Aqui.

Em consonância com a nova política do Governo Federal, a CAIXA tem buscado propiciar melhoria contínua na qualidade de vida da sociedade brasileira, desenvolvendo projetos de natureza cultural e de arte-educação que alcancem todos os segmentos sociais, em busca do desenvolvimento sócio educativo de crianças e jovens de comunidades carentes, além de contribuir para o surgimento de novos talentos e para geração de empregos. Merecem destaque os seguintes projetos:

- Expresso Cultural Caixa, Convênio Cultural e Museu, Escola e Família;
- Projeto Vozes do Brasil;
- Projeto Criança Arteira, publicado no Guia Exame de Boa Cidadania Corporativa;
- Exposição “Tesouros da CAIXA”; e
- Exposição “História em Quadrões”.

No último ano, a CAIXA investiu aproximadamente R\$ 4,3 milhões nos eventos realizados nos seus espaços culturais, com mais de 200 projetos de diferentes artistas e diferentes linguagens (artes plásticas; artes visuais; artes cênicas; espetáculos musicais, de dança e mostras literárias), alcançando um público aproximado de 430 mil pessoas.

Em 2003 a CAIXA investiu cerca de R\$ 3,4 milhões no patrocínio à Confederação Brasileira de Atletismo, permitindo-lhe apoiar atletas e seus treinadores por meio do Projeto CAIXA de Atletas de Alto Nível e a Jovens Talentos. Foram beneficiados cerca de 80 atletas e treinadores; 11 mil jovens com a realização de clínicas e fóruns; 27 Federações Estaduais de Atletismo; 10 mil alunos das escolas públicas municipais e estaduais da cidade de Belém, com o Programa CAIXA de Iniciação ao Atletismo. Com esse apoio da CAIXA, o atletismo brasileiro tem-se destacado nas competições internacionais, em especial na sua participação no Pan-Americano de Santo Domingo, realizado em 2003 e por contar com 36 de seus atletas dentre os melhores do *ranking* da IAAF - Federação Internacional de Atletismo.

Outra ação relevante desenvolvida pela CAIXA é o patrocínio das Loterias da Caixa à Equipe Paraolímpica Brasileira, por meio de contrato firmado com o CPB - Comitê Paraolímpico Brasileiro, no valor de R\$ 1,0 milhão, repassado por meio do FDL - Fundo de Desenvolvimento das Loterias.

17 Reconhecimentos

O Conselho Diretor da CAIXA dedica os resultados alcançados ao longo do exercício findo no dia 31 de dezembro de 2003, de que se beneficiaram os seus clientes em particular e toda a sociedade brasileira, ao seu controlador, o Governo Federal, pelo constante e decisivo apoio aos projetos concebidos e a todos os seus colaboradores, fornecedores, parceiros e correspondentes bancários que não mediram esforços para concretizá-los.



KPMG Auditores Independentes

Mail address
Caixa Postal 8723
70312-970 Brasília, DF
Brazil

Office address
SBS Quadra 2 - Bl. A, nº 1, sl. 502
Edifício Casa de São Paulo
Setor Bancário Sul
70078-900 Brasília, DF
Brazil

Central tel 55 (61) 223-2024
Fax National 55 (61) 224-0473
www.kpmg.com.br

Parecer dos auditores independentes

Ao
Conselho de Administração da
Caixa Econômica Federal
Brasília - DF

1. Examinamos os balanços patrimoniais da Caixa Econômica Federal (CAIXA) levantados em 31 de dezembro de 2003 e 2002 e as respectivas demonstrações de resultados, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos, correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.
2. Nossos exames, exceto pelo assunto mencionado no parágrafo seguinte, foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da CAIXA; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da CAIXA, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
3. Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 6a, a CAIXA possui créditos a receber do Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS), correspondentes a contratos habitacionais, próprios e adquiridos de outros agentes, com cobertura do FCVS. A realização desses créditos depende da aderência a um conjunto de normas e procedimentos definidos em regulamentação emitida pelo FCVS. A administração da CAIXA vem implementando um processo de análise e conferência das condições e dos dados desses contratos para o enquadramento a tais normas e procedimentos. A evolução desse processo de análise e conferência possibilita que os créditos, em 31 de dezembro de 2003, sejam segregados em contratos já habilitados pelo FCVS, contratos com negativa de cobertura, com ou sem possibilidade de recurso para reavaliação da negativa, e os contratos pendentes de análise e conferência. A administração da CAIXA, com base nessas informações, estabeleceu um critério para estimar as prováveis perdas decorrentes de contratos não habilitados, que pode ser considerado a melhor estimativa possível na atual circunstância. Entretanto, em razão da pequena experiência histórica de perda efetiva e da recuperação de créditos decorrentes de contratos que inicialmente não haviam sido homologados pelo FCVS, bem como em razão da existência de contratos pendentes de análise e conferência, entendemos que a referida estimativa de perda está sujeita a alterações, cujos efeitos sobre a provisão para perdas, registrada na rubrica “Relações interfinanceiras - Créditos vinculados - Sistema Financeiro da Habitação”, no valor de R\$ 4.844 milhões, em 31 de dezembro de 2003 (R\$ 2.904 milhões em 31 de dezembro de 2002), não podem ser previstos nesse momento.



4. Em nossa opinião, exceto pelos eventuais efeitos decorrentes do assunto discutido no parágrafo anterior, as demonstrações financeiras acima referidas representam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Caixa Econômica Federal em 31 de dezembro de 2003 e 2002, os resultados de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos, correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
5. A CAIXA, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 19a, possui registrado em seu ativo o valor de R\$ 1.705 milhões (R\$ 1.913 milhões em 31 de dezembro de 2002), correspondente a créditos tributários de imposto de renda e contribuição social, cuja realização e cuja manutenção estão condicionadas à geração futura de lucros tributáveis e ao atendimento às regras definidas pela Resolução nº 3.059/02 do Banco Central do Brasil.
6. Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 15a, a CAIXA foi autuada pela fiscalização do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), sob a alegação de falta de recolhimento de contribuição previdenciária sobre determinados pagamentos efetuados aos seus empregados, e pela Receita Federal, sob o argumento de insuficiência no recolhimento do PIS/PASEP. Consoante entendimento de suas áreas jurídica e tributária, que alegam não serem passíveis de incidência de contribuição previdenciária todas as verbas relacionadas pelo INSS, e em face das possibilidades de êxito parcial na defesa da autuação referente ao PIS/PASEP, a administração da CAIXA entende não ser necessária a constituição de provisões para contingências referentes a essas autuações, complementares àquelas já existentes, e que totalizam R\$ 103 milhões (INSS) e R\$ 568 milhões (PIS/PASEP), em 31 de dezembro de 2003 (INSS - R\$ 99 milhões e PIS/PASEP - R\$ 529 milhões, em 31 de dezembro de 2002).

3 de fevereiro de 2004

KPMG Auditores Independentes
CRC SP014428/O-6-F-DF

Francesco Luigi Celso
Contador CRC SP175348/O-5-S-DF

Caixa Econômica Federal - CAIXA

Balances patrimoniais

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2003 e 2002

(Em milhares de reais)

Ativo	2003	2002	Passivo	2003	2002
Circulante	<u>76.954.974</u>	<u>35.311.216</u>	Circulante	<u>124.737.277</u>	<u>104.553.883</u>
Disponibilidade	<u>565.212</u>	<u>597.722</u>	Depósito (Nota 11)	<u>79.888.430</u>	<u>75.504.546</u>
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 4)	<u>3.277.848</u>	<u>3.740.429</u>	Depósitos à vista	4.986.788	5.158.665
Aplicações no mercado aberto	3.077.848	3.720.417	Depósitos de poupança	43.872.307	42.430.846
Aplicações em depósitos interfinanceiros	200.000	20.012	Depósitos a prazo	25.011.231	24.099.201
			Depósitos especiais e de fundos e programas	6.018.104	3.803.621
			Depósitos em moeda estrangeira		12.213
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos (Nota 5)	<u>44.595.355</u>	<u>9.253.317</u>	Captações no mercado aberto (Nota 11)	<u>34.116.404</u>	<u>18.936.859</u>
Carteira própria	21.995.403	3.489.162	Carteira própria	29.424.846	12.778.799
Vinculados a compromissos de recompra	22.426.196	5.143.752	Carteira de terceiros	4.691.558	6.158.060
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 5(e))	15.882	1.745			
Vinculados ao Banco Central	149.642	614.138	Recursos de aceites e emissões de títulos	<u>1.266.831</u>	<u>1.319.353</u>
Vinculados a prestação de garantias	8.232	4.520	Recursos de letras hipotecárias (Nota 12)	1.266.831	1.319.353
Relações interfinanceiras	<u>15.425.064</u>	<u>14.832.209</u>	Relações interfinanceiras	<u>62.947</u>	<u>145.062</u>
Pagamentos e recebimentos a liquidar	63.614	53.610	Recebimentos e pagamentos a liquidar	62.947	144.966
Créditos vinculados			Correspondentes		96
Depósitos no Banco Central (Nota 6(a))	15.317.596	14.706.351			
Correspondentes	43.854	72.248	Relações interdependências	<u>440.213</u>	<u>659.659</u>
Relações interdependências	<u>189.342</u>	<u>416.073</u>	Recursos em trânsito de terceiros	337.977	558.663
Recursos em trânsito de terceiros	79.871	61.458	Transferências internas de recursos	102.236	100.996
Transferências internas de recursos	109.471	354.615			
Operações de créditos (Nota 7)	<u>9.077.915</u>	<u>3.676.325</u>	Instrumentos financeiros derivativos (Nota 5(e))	<u>184.845</u>	<u>196.975</u>
Empréstimo títulos descont. e financiamentos	6.779.565	4.371.186	Outras obrigações (Nota 15)	<u>8.777.607</u>	<u>7.791.429</u>
Financiamentos imobiliários	3.430.367	340.584	Cobrança e arrecadações de tributos e semelhantes	73.388	69.881
Financ. de infra-estrutura e desenvolvimento	0	100.102	Carteira de câmbio		3.925
Provisão para operações de créditos	(1.132.017)	(1.135.547)	Sociais e estatutárias	85.009	221.699
Outros créditos	<u>2.928.268</u>	<u>1.883.698</u>	Fiscais e previdenciárias (Nota 15(a))	1.202.866	1.158.726
Carteira de câmbio		3.928	Negociação e intermediação de valores	83	
Rendas a receber (Nota 8(a))	1.080.019	676.903	Recursos para destinação específica: (Nota 15(b))		
Negociação e intermediação de valores	3.141		Obrigações de operações com loterias	218.904	262.718
Créditos específicos	30.459	17.885	Obrigações por fundos e programas sociais	1.100.562	1.496.521
Diversos (Nota 8(b))	1.814.649	1.184.982	Obrigações por fundos financeiros e de desenvolvimento	527.819	56.516
Outros valores e bens (Nota 9)	<u>895.970</u>	<u>911.443</u>	Diversas (Nota 15(c))	5.568.976	4.521.443
Outros valores e bens	1.187.452	1.305.671	Exigível a longo prazo	<u>19.986.647</u>	<u>19.235.930</u>
Provisões para desvalorizações	(299.711)	(403.391)	Depósitos (Nota 11)	<u>1.135.917</u>	<u>1.101.760</u>
Despesas antecipadas	8.229	9.163	Depósitos a prazo	1.135.917	1.101.760
Realizável a longo prazo	<u>71.155.390</u>	<u>90.621.643</u>	Recursos de aceites e emissões de títulos	<u>9.690.646</u>	<u>7.795.995</u>
Aplicações interfinanceira de liquidez (Nota 4)	<u>1.653.313</u>	<u>2.857.035</u>	Recursos de letras hipotecárias (Nota 12)	9.239.469	7.438.265
Aplicações no Mercado Aberto	1.653.313	2.857.035	Recursos de letras de crédito imobiliário	451.177	357.730
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos (Nota 5)	<u>32.930.597</u>	<u>48.114.161</u>	Obrigações por empréstimos (Nota 13)	<u>48.184</u>	<u>107.560</u>
Carteira própria	25.143.118	39.387.708	Empréstimos no exterior	48.184	107.560
Vinculados a compromissos de recompra	7.119.446	7.693.705	Obrigações por repasses de País - Instituições oficiais (Nota 14)	<u>8.615.198</u>	<u>5.818.298</u>
Instrumentos financeiros derivativos		5.508	Tesouro Nacional	377.507	393.083
Vinculados ao Banco Central	342.148	311	BNDES	361.032	312.149
Vinculados a prestação de garantias	325.885	1.026.929	FGTS	7.729.699	4.914.235
Relações interfinanceiras	<u>21.022.042</u>	<u>20.460.880</u>	Outras	146.960	198.831
SFH - Sistema Financeiro da Habitação (Nota 6(a))	21.022.042	20.460.880	Outras obrigações (Nota 15)	<u>496.702</u>	<u>4.412.317</u>
Operações de crédito (Nota 7)	<u>12.798.422</u>	<u>15.966.584</u>	Fiscais e Previdenciárias (Nota 15(a))	142.727	163.378
Emprést. títulos desc. e financiamentos	1.275.181	3.117.978	Obrigações por fundos e programas sociais (Nota 15(b))	54.235	64.765
Financiamentos imobiliários	12.989.691	14.411.445	Diversas (Nota 15(c))	299.740	4.184.174
Financ. de infra-estrutura e desenvolvimento	793.459	393.350	Patrimônio líquido (Nota 17)	<u>5.771.552</u>	<u>4.628.121</u>
Provisão para Operações de Créditos	(2.259.909)	(1.956.189)	Capital de domiciliados no país	3.885.000	3.345.727
Outros créditos	<u>2.751.016</u>	<u>3.222.983</u>	Reservas de capital	10	54.973
Rendas a receber (Nota 8(a))	249.854	174.803	Reservas de reavaliação	418.606	508.268
Valores específicos		132.839	Reservas de lucros	203.507	216.816
Diversos (Nota 8(b))	2.924.544	3.322.890	Ajuste ao valor de mercado-TVM e derivativos	134.542	(256.730)
Provisão para outros créditos (Nota 8(c))	(423.382)	(407.549)	Lucros acumulados	1.129.887	759.067
Permanente	<u>2.385.112</u>	<u>2.485.075</u>			
Investimentos	<u>329.190</u>	<u>265.048</u>			
Participação em coligadas e controladas no país (Nota 10(a))	288.022	221.123			
Outros investimentos	62.516	65.649			
Provisão para perdas	(21.348)	(21.724)			
Imobilizado de uso (Nota 10(b))	<u>1.575.679</u>	<u>1.659.357</u>			
Imóveis de uso	211.005	232.810			
Reavaliações de imóveis de uso	582.772	672.922			
Outras imobilizações de uso	1.818.813	1.628.736			
Depreciações acumuladas	(1.036.911)	(875.111)			
Diferido (Nota 10(c))	<u>480.243</u>	<u>560.670</u>			
Gastos de organização e expansão	1.068.346	1.073.763			
Amortizações acumuladas	(588.103)	(513.093)			
	<u>150.495.476</u>	<u>128.417.934</u>		<u>150.495.476</u>	<u>128.417.934</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Caixa Econômica Federal - CAIXA

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2003 e 2002 e semestre findo em 31 de dezembro de 2003

(Em milhares de reais)

	2º semestre	Exercícios	
	2003	2003	2002
Receitas da intermediação financeira	<u>12.240.286</u>	<u>25.050.909</u>	<u>17.812.907</u>
Operações de crédito	2.644.353	5.335.876	3.768.009
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	7.420.382	14.732.131	10.562.130
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	(21.120)	328.147	
Resultado de câmbio			636
Resultado das aplicações compulsórias	2.196.671	4.654.755	3.482.132
Despesas da intermediação financeira	<u>(8.216.330)</u>	<u>(16.486.175)</u>	<u>(11.000.036)</u>
Operações de captação no mercado	(7.101.577)	(14.436.536)	(9.195.753)
Operações de empréstimos, cessões e repasses	(407.470)	(786.254)	(501.326)
Resultado de câmbio	(21)	(1.341)	
Resultado com instrumentos financeiros derivativos			(561.494)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(707.262)	(1.262.044)	(741.463)
Resultado bruto da intermediação financeira	<u>4.023.956</u>	<u>8.564.734</u>	<u>6.812.871</u>
Outras receitas/despesas operacionais	<u>(2.795.377)</u>	<u>(6.365.664)</u>	<u>(5.307.298)</u>
Receitas de prestação de serviços (Nota 20 (a))	2.333.738	4.593.942	4.233.890
Resultado de participações em coligadas e controladas	32.648	64.610	50.635
Despesas de pessoal (Nota 20 (b))	(2.187.747)	(4.030.200)	(3.916.185)
Outras despesas administrativas (Nota 20 (b))	(1.924.908)	(3.683.116)	(3.473.523)
Despesas tributárias	(345.001)	(688.941)	(637.781)
Outras receitas operacionais (Nota 20 (c))	813.134	2.761.920	3.242.197
Outras despesas operacionais (Nota 20 (c))	(1.517.241)	(5.383.879)	(4.806.531)
Resultado operacional	<u>1.228.579</u>	<u>2.199.070</u>	<u>1.505.573</u>
Resultado não operacional	<u>70.447</u>	<u>46.409</u>	<u>(21.006)</u>
Resultado antes da tributação sobre o lucro	<u>1.299.026</u>	<u>2.245.479</u>	<u>1.484.567</u>
Imposto de renda e contribuição social (Nota 19(b))	<u>(442.978)</u>	<u>(479.425)</u>	<u>(403.474)</u>
Despesa de imposto de renda	(225.095)	(240.839)	(195.820)
Despesa de contribuição social	(59.621)	(64.910)	(86.483)
Ativo fiscal diferido	(158.262)	(173.676)	(121.171)
Participações no lucro (Nota 20(i))	<u>(99.909)</u>	<u>(149.909)</u>	<u>-</u>
Lucro líquido	<u>756.139</u>	<u>1.616.145</u>	<u>1.081.093</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Caixa Econômica Federal - CAIXA

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2003 e 2002 e semestre findo em 31 de dezembro de 2003

(Em milhares de reais)

	Capital	Reservas de capital	Reserva de reavaliação	Reservas de lucros Legal e outras	Ajuste valor de mercado	Lucros s/ prejuízos acumulados	Total
Saldo em 1º de julho de 2003	3.885.000	54.973	425.616	136.778	91.181	727.077	5.320.625
Ajustes ao valor de mercado-TVM e derivativos	-	-	-	-	43.361	-	43.361
Reversão de reservas - Lei 8.200	-	(54.973)	(599)	-	-	54.973	(599)
Doações	-	10	-	-	-	-	10
Encargos tributários s/reavaliação	-	-	3.287	-	-	-	3.287
Reserva de reav. em coligadas/controladas	-	-	(248)	-	-	-	(248)
Realização de reserva	-	-	(9.450)	-	-	9.450	-
Lucro líquido no semestre	-	-	-	-	-	756.139	756.139
Destinações do lucro líquido: (Nota 17(e))	-	-	-	-	-	-	-
Reserva Legal	-	-	-	37.807	-	(37.807)	-
Reserva de loterias	-	-	-	28.922	-	(28.922)	-
Dividendos distribuídos de exercícios anteriores	-	-	-	-	-	-	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	(250.720)	(250.720)
Dividendos	-	-	-	-	-	(100.303)	(100.303)
Saldo em 31 de dezembro de 2003	3.885.000	10	418.606	203.507	134.542	1.129.887	5.771.552
Saldo em 1º de janeiro de 2003	3.345.727	54.973	508.268	216.816	(256.730)	759.067	4.628.121
Ajustes ao valor de mercado-TVM e derivativos	-	-	-	-	391.272	-	391.272
Aumento de capital	539.273	-	-	(162.761)	-	(376.512)	-
Reversão de reservas - Lei 8.200	-	(54.973)	(10.276)	-	-	54.973	(10.276)
Doações	-	10	-	-	-	-	10
Encargos tributários s/reavaliação	-	-	20.650	-	-	-	20.650
Reserva de reav. em coligadas/controladas	-	-	(272)	-	-	-	(272)
Realização de reserva	-	-	(99.764)	-	-	99.764	-
Lucro líquido no exercício	-	-	-	-	-	1.616.145	1.616.145
Destinações do lucro líquido: (Nota 17(e))	-	-	-	-	-	-	-
Reserva Legal	-	-	-	80.807	-	(80.807)	-
Reserva de loterias	-	-	-	68.645	-	(68.645)	-
Dividendos distribuídos de exercícios anteriores	-	-	-	-	-	(64.183)	(64.183)
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	(498.924)	(498.924)
Dividendos	-	-	-	-	-	(310.991)	(310.991)
Saldo em 31 de dezembro de 2003	3.885.000	10	418.606	203.507	134.542	1.129.887	5.771.552
Saldo em 1º de janeiro de 2002	12.350.000	54.973	490.770	316.375	-	(9.320.649)	3.891.469
Ajustes ao valor de mercado-TVM e derivativos	-	-	-	-	(256.730)	96.635	(160.095)
Aumento de capital	316.375	-	-	(316.375)	-	-	-
Redução de capital	(9.320.648)	-	-	-	-	9.320.648	-
Reavaliação de imóveis de uso próprio	-	-	213.182	-	-	-	213.182
Reversão de reservas	-	-	(159.108)	-	-	-	(159.108)
Encargos tributários s/reavaliação	-	-	(17.310)	-	-	-	(17.310)
Reserva de reav. em coligadas/controladas	-	-	589	-	-	-	589
Realização de reserva	-	-	(19.855)	-	-	19.855	-
Lucro líquido no exercício	-	-	-	-	-	1.081.093	1.081.093
Destinações do lucro líquido: (Nota 17(e))	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	-	54.055	-	(54.055)	-
Reserva de loterias	-	-	-	162.761	-	(162.761)	-
Dividendos	-	-	-	-	-	(221.699)	(221.699)
Saldo em 31 de dezembro de 2002	3.345.727	54.973	508.268	216.816	(256.730)	759.067	4.628.121

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Caixa Econômica Federal - CAIXA

Demonstrações das origens e aplicações de recursos

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2003 e 2002 e semestre findo em 31 de dezembro de 2003

(Em milhares de reais)

	2º semestre	Exercícios	
	2003	2003	2002
Origens de recursos	17.476.952	28.744.248	30.912.854
Lucro do período	954.031	2.032.837	1.560.107
Lucro líquido do semestre/exercício	756.139	1.616.145	1.081.093
Depreciações e Amortizações	230.540	481.302	529.649
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	(32.648)	(64.610)	(50.635)
Ajustes ao valor de mercado - TVM e derivativos	43.361	391.272	-
Recursos originários de:	16.416.155	26.145.122	28.762.332
Aumento dos subgrupos do Passivo	16.326.767	24.236.615	27.648.049
Depósitos	2.637.107	4.418.041	7.349.040
Captações no Mercado Aberto	10.842.463	15.179.545	16.370.346
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	623.387	1.842.129	-
Relações Interfinanceiras	-	-	76.725
Relações Interdependências	231.740	-	267.676
Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais	1.343.919	2.796.900	2.477.979
Instrumentos Financeiros e Derivativos	-	-	196.975
Outras Obrigações	648.151	-	909.308
Diminuição dos subgrupos do Ativo	89.388	1.908.507	1.114.283
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	-	1.666.303	-
Relações Interdependências	89.388	226.731	-
Outros Créditos	-	-	937.006
Outros Valores e Bens	-	15.473	177.277
Alienação de bens e investimentos:	32.074	133.972	559.151
Investimentos	152	757	400
Imobilizado	31.922	133.215	558.751
Baixas no diferido	3	6	-
Juros sobre capital próprio	31.328	41.039	31.264
Aplicações de recursos	17.447.858	28.776.758	30.791.582
Ajustes ao valor de mercado - TVM e derivativos			160.095
Inversões em:	244.325	304.150	748.939
Investimentos	289	289	3.100
Imobilizado	244.036	303.861	745.839
Aplicações no diferido	39.929	156.824	237.150
Recursos aplicados em:	16.812.581	27.441.686	29.423.699
Aumento dos subgrupos do Ativo	16.204.042	24.159.561	28.109.560
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	560.171	-	1.773.713
Títulos e Valores Mobiliários	13.979.973	20.158.474	14.295.532
Relações Interfinanceiras	406.732	1.154.017	8.350.277
Relações Interdependências	-	-	324.398
Operações de Crédito	898.913	2.233.428	3.365.640
Outros Créditos	324.097	613.642	-
Outros Valores e Bens	34.156	-	-
Diminuição dos subgrupos do Passivo	608.539	3.282.125	1.314.139
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	-	-	1.050.049
Relações Interdependências	-	219.446	-
Relações Interfinanceiras	584.965	82.115	-
Obrigações por Empréstimos	2.459	59.376	264.090
Instrumentos Financeiros e Derivativos	21.115	12.130	-
Outras Obrigações	-	2.909.058	-
Dividendos distribuídos de exercícios anteriores	-	64.183	-
Dividendos distribuídos propostos	100.303	310.991	221.699
Juros sobre o capital próprio	250.720	498.924	-
Aumento/redução das disponibilidades	29.094	(32.510)	121.272
Modificações nas disponibilidades			
Início do Período	536.118	597.722	476.450
Fim do Período	565.212	565.212	597.722
Aumento/Redução das disponibilidades	29.094	(32.510)	121.272

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Caixa Econômica Federal - CAIXA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2003 e 2002

(Em milhares de reais)

1 Contexto operacional

A CAIXA é uma instituição financeira constituída pelo Decreto-Lei nº 759, de 12 de agosto de 1969, sob a forma de empresa pública com personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério da Fazenda e sujeita às normas gerais, às decisões e à disciplina normativa emanadas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN). O capital da CAIXA pertence integralmente à União, e, no contexto macroeconômico, a gestão econômico-financeira da Empresa se insere no conjunto das decisões do Governo Federal.

Áreas de atuação

A CAIXA está autorizada a atuar em atividades relativas a crédito imobiliário, saneamento básico, infra-estrutura urbana, bancos comerciais, além da prestação de serviços de natureza social, delegada pelo Governo Federal.

No exercício dessas atividades, a CAIXA executa a captação de recursos em cadernetas de poupança, letras hipotecárias, depósitos judiciais, depósitos a vista e a prazo, além de executar a aplicação em empréstimos vinculados, substancialmente, à habitação, incluindo operações de repasses do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

A CAIXA exerce a administração de loterias, de fundos e de programas, entre os quais se destacam o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), o Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS), o Programa de Integração Social (PIS), o Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social (FAS), o Fundo de Desenvolvimento Social (FDS) e o Fundo de Arrendamento Residencial (FAR). Os fundos e os programas administrados são entidades jurídicas independentes geridas por regulamentação específica, possuindo contabilidade própria, sendo suas operações apresentadas em demonstrações financeiras segregadas.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras são de responsabilidade da administração e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas do Banco Central do Brasil (BACEN).

Caixa Econômica Federal - CAIXA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

3 Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis estão assim resumidas:

a. Apuração do resultado

Apurado pelo regime de competência de exercícios.

b. Ativos circulante e realizável a longo prazo

Demonstrados ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos e, quando aplicável, ajustado pelo valor de mercado ou de realização.

Títulos e valores mobiliários - O Banco Central do Brasil (BACEN), por meio da Circular nº 3.068/01, estabeleceu um conjunto de critérios para registro e avaliação da carteira de títulos e valores mobiliários que são classificados de acordo com a intenção da administração em três categorias específicas, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

- **Títulos para negociação** - Títulos e valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociados freqüentemente e de forma ativa, sendo ajustados a valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.
- **Títulos disponíveis para venda** - Títulos e valores mobiliários que não se enquadram como títulos para negociação nem como mantidos até o vencimento. Esses títulos são ajustados a valor de mercado, em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, denominada “Ajuste ao Valor de Mercado TVM e Derivativos”, líquido dos correspondentes efeitos tributários quando aplicável.

Os ganhos e as perdas, quando realizados, são reconhecidos no resultado.

- **Títulos mantidos até o vencimento** - Títulos e valores mobiliários para os quais a Administração possui a intenção e a capacidade financeira de manter até o vencimento, sendo contabilizados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos.

Caixa Econômica Federal - CAIXA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

Instrumentos financeiros derivativos - Da mesma forma, de acordo com a Circular BACEN nº 3.082/02 e regulamentações posteriores, os instrumentos financeiros derivativos passaram a ser classificados na data de sua aquisição de acordo com a intenção da administração para fins ou não de proteção “hedge”.

As operações realizadas pela CAIXA, envolvendo derivativos, visam a atender às necessidades próprias e de seus clientes e, também, a reduzir os riscos de mercado, de moeda e de taxas de juros. A administração desses riscos é efetuada pela definição de estratégias de operação, estabelecimento de sistemas de controles internos e determinação de limites das posições.

Os derivativos utilizados para proteger exposições a risco ou para modificar as características de ativos e passivos financeiros, e que sejam altamente correlacionados no que se refere às alterações no seu valor de mercado com relação ao valor de mercado do item que estiver sendo protegido, tanto no início quanto ao longo da vida do contrato e considerado efetivo na redução do risco associado à exposição a ser protegida, são classificados como “hedge” de acordo com a sua natureza:

- **“Hedge” de risco de mercado** - Os ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros derivativos relacionados, são ajustados ao valor de mercado com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente no resultado.
- **“Hedge” de fluxo de caixa** - A parcela efetiva de “hedge” dos ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros relacionados, é ajustada pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, deduzidos quando aplicável, dos efeitos tributários, reconhecidos em conta específica do patrimônio líquido. A parcela não efetiva do “hedge” é reconhecida diretamente no resultado.

Quando o instrumento financeiro derivativo for contratado em negociação associado à operação de captação ou aplicação de recursos, nos termos da Circular BACEN nº 3.150/02, a avaliação é efetuada com base nas condições definidas em contrato, sem qualquer ajuste decorrente do valor de mercado do derivativo.

Caixa Econômica Federal - CAIXA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa - As operações de crédito são classificadas observando: (i) os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN, que requer a sua classificação em nove níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (risco máximo); e (ii) a avaliação da Administração quanto ao nível de risco. Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais com relação às operações, aos devedores e garantidores. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso definidos na Resolução nº 2.682/99 do CMN para atribuição dos níveis de classificação dos clientes da seguinte forma:

Período de atraso	Classificação do cliente
• de 15 a 30 dias	B
• de 31 a 60 dias	C
• de 61 a 90 dias	D
• de 91 a 120 dias	E
• de 121 a 150 dias	F
• de 151 a 180 dias	G
• superior a 180 dias	H

A atualização das operações de crédito vencidas até o 60º dia é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia em rendas a apropriar.

As operações em atraso classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses, quando, então, são baixadas contra a provisão existente e controladas, por até cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível “H” e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

c. Permanente

Apresentado ao custo, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, combinado com os seguintes aspectos:

Caixa Econômica Federal - CAIXA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

- Reavaliações de imóveis efetuadas em dezembro de 2002 (a cada 4 anos);
- Provisões para desvalorizações de outros investimentos, quando aplicável;
- A depreciação do imobilizado é computada pelo método linear, a taxas anuais que consideram as estimativas de vida útil econômica dos bens, sendo imóveis de uso - 4%, equipamentos - 10%, veículos - 20% e outros bens de uso - 10% a 20%; e
- A amortização do diferido é calculada pelo método linear no prazo de até 5 (cinco) anos.

d. Passivos circulante e exigível a longo prazo

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo os encargos e as variações monetárias “pro rata” dia e cambiais incorridos.

A contribuição ao PASEP foi calculada à alíquota de 0,65% e a contribuição a COFINS foi apurada à alíquota de 3% até agosto de 2003 e de 4% a partir de setembro de 2003, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

A provisão para Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) foi constituída à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de 10%, a título de adicional, conforme limite estabelecido em Lei. A provisão para Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL) foi constituída à alíquota de 9%, incidindo sobre o lucro líquido ajustado antes do imposto de renda.

4 Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são avaliadas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de eventuais provisões para desvalorização, quando aplicável.

Caixa Econômica Federal - CAIXA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

	2003	2002
Aplicações no mercado aberto	<u>4.731.161</u>	<u>6.577.452</u>
Posição Bancada	39.595	417.316
Letras Financeiras do Tesouro	600	199.903
Letras do Tesouro Nacional	38.995	189.414
Notas do Banco Central		27.999
Posição Financiada	4.691.566	6.160.136
Letras Financeiras do Tesouro	2.873.651	4.047.602
Letras do Tesouro Nacional	1.680.047	2.012.475
Notas do Tesouro Nacional	63.935	100.059
Notas do Banco Central	73.933	
Aplicações em depósitos interfinanceiros	<u>200.000</u>	<u>20.012</u>
	<u>4.931.161</u>	<u>6.597.464</u>

5 Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

a. Resumo da classificação dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

Categoria	2003	2002
Títulos para negociação	23.054.404	7.733.800
Títulos disponíveis para venda	8.199.020	10.560.204
Títulos mantidos até o vencimento	46.256.646	39.066.221
Instrumentos financeiros derivativos	<u>15.882</u>	<u>7.253</u>
	<u>77.525.952</u>	<u>57.367.478</u>

Caixa Econômica Federal - CAIXA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

b. Composição da carteira de títulos e valores mobiliários

	2003	2002
Carteira própria	<u>47.138.521</u>	<u>42.876.870</u>
Títulos de renda fixa	<u>46.801.587</u>	<u>42.577.899</u>
Letras Financeiras do Tesouro	44.385.181	38.551.825
Letras do Tesouro Nacional	35.776	148.789
Notas do Tesouro Nacional	1.235.665	1.691.338
Notas do Banco Central	41.760	594.645
Certificado Financeiro do Tesouro	459.274	805.435
Créditos Securitizados	579.473	716.541
Outros títulos	64.458	69.326
Cotas de fundos de investimentos - FND	<u>320.749</u>	<u>298.971</u>
Cotas de fundo de renda variável - Fundo Imobiliário	<u>16.185</u>	<u>-</u>
Títulos vinculados	<u>30.371.549</u>	<u>14.483.355</u>
Operações compromissadas	<u>29.545.642</u>	<u>12.837.457</u>
Letras Financeiras do Tesouro	23.124.911	11.751.256
Letras do Tesouro Nacional	5.327.567	773.450
Notas do Tesouro Nacional	867.616	312.751
Notas do Banco Central	225.548	-
Banco Central	<u>491.790</u>	<u>614.449</u>
Letras Financeiras do Tesouro	342.148	2.403
Letras do Tesouro Nacional	149.642	612.046
Prestação de garantias	<u>334.117</u>	<u>1.031.449</u>
Letras Financeiras do Tesouro	325.885	1.026.929
Letras do Tesouro Nacional	8.232	4.520
Instrumentos financeiros derivativos	<u>15.882</u>	<u>7.253</u>
	<u>77.525.952</u>	<u>57.367.478</u>

Caixa Econômica Federal - CAIXA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

c. Classificação consolidada por categorias e prazos

Títulos	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Valor contábil	Valor de custo atualizado	Valor de mercado
Títulos para negociação	<u>6.602.752</u>	<u>16.207.955</u>	<u>239.297</u>	<u>4.400</u>	<u>23.054.404</u>	<u>22.874.597</u>	<u>23.054.404</u>
Letras Financeiras do Tesouro	1.390.734	15.703.850	-	-	17.094.584	16.984.574	17.094.584
Letras do Tesouro Nacional	5.192.601	155.386	-	-	5.347.987	5.304.818	5.347.987
Notas do Tesouro Nacional	3.232	348.719	239.297	-	591.248	565.150	591.248
Debêntures Petrobras	-	-	-	4.400	4.400	3.870	4.400
Cotas de Fundo de Renda Variável - Fundo Imobiliário	16.185	-	-	-	16.185	16.185	16.185 ₀
Títulos disponíveis para venda	<u>1.351.498</u>	<u>4.502.975</u>	<u>1.022.837</u>	<u>1.321.710</u>	<u>8.199.020</u>	<u>7.897.970</u>	<u>8.199.020</u>
Letras Financeiras do Tesouro	163.806	3.620.352	887.946	296.284	4.968.388	4.783.039	4.968.388
Letras do Tesouro Nacional	149.642	23.588	-	-	173.230	172.710	173.230
Notas do Tesouro Nacional	479.440	583.901	20.025	369.117	1.452.483	1.343.556	1.452.483
Notas do Banco Central	168.109	99.199	-	-	267.308	232.762	267.308
CFT	68.483	133.170	109.781	147.840	459.274	495.798	459.274
CVS	-	-	-	455.685	455.685	455.684	455.685
ELET	-	41.845	-	-	41.845	39.636	41.845
TODA	1.269	920	13	-	2.202	2.143	2.202
Debêntures Petrobrás	-	-	-	52.784	52.784	46.438	52.784
Títulos estaduais	-	-	5.072	-	5.072	5.455	5.072
Cotas de Fundos de Investimentos - FND	320.749	-	-	-	320.749	320.749	320.749
Títulos mantidos até o vencimento	<u>20.173.571</u>	<u>23.041.565</u>	<u>2.981.960</u>	<u>59.550</u>	<u>46.256.646</u>	<u>46.256.646</u>	<u>46.312.487</u>
Letras Financeiras do Tesouro	20.173.571	22.959.622	2.981.960	-	46.115.153	46.115.153	46.193.952
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	59.550	59.550	59.550	37.991
SUNA	-	81.943	-	-	81.943	81.943	80.544
Instrumentos financeiros derivativos	<u>15.882</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>15.882</u>	<u>15.882</u>	<u>15.882</u>
Total - 2003	<u>28.143.703</u>	<u>43.752.495</u>	<u>4.244.094</u>	<u>1.385.660</u>	<u>77.525.952</u>	<u>77.045.095</u>	<u>77.581.793</u>
Total - 2002	<u>9.253.317</u>	<u>33.563.886</u>	<u>12.232.831</u>	<u>2.317.444</u>	<u>57.367.478</u>	<u>57.937.628</u>	<u>56.338.625</u>

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários baseia-se em cotação de preços na data do balanço. Se não houver cotação de preço de mercado, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de definições de preços, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes.

Caixa Econômica Federal - CAIXA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

d. Efeitos do ajuste ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos no exercício

	Ajuste positivo	Ajuste negativo	Ajuste líquido no patrimônio
Títulos disponíveis para venda			
Letras Financeiras do Tesouro	251.743	-	251.743
Letras do Tesouro Nacional	9.511	-	9.511
Notas do Tesouro Nacional	403.808	-	403.808
Notas do Banco Central	137.377	-	137.377
Debêntures Petrobras	4.390	-	4.390
Debêntures Siderbras	662	-	662
Títulos estaduais	-	383	(383)
Títulos da Dívida Agrária	441	-	441
CFT	223	36.747	(36.524)
ELETROBRÁS	2.405	-	2.405
CVS	2.938	-	2.938
Ajustes originados de coligadas	9	-	9
Instrumentos financeiros derivativos (“swap”)	-	395.354	(395.354)
Tributos sobre o valor de mercado	<u>10.249</u>	<u>-</u>	<u>10.249</u>
	<u>823.756</u>	<u>432.484</u>	<u>391.272</u>

e. Instrumentos financeiros derivativos

As posições desses derivativos, que se referem a contratos de “swap”, têm os seus valores referenciais registrados em contas de compensação e os ajustes em contas patrimoniais. O valor referencial dessas operações é de R\$ 8.500.389 (2002 - R\$ 7.769.981). O diferencial a pagar nessa data monta a R\$ 184.845 (2002 - R\$ 196.975) e o diferencial a receber, a R\$ 15.882 (2002 - R\$ 7.253).

Caixa Econômica Federal - CAIXA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

6 Relações interfinanceiras

a. Créditos vinculados

- i. Os depósitos no BACEN são compostos, substancialmente, de recolhimentos compulsórios que rendem atualização monetária com base em índices oficiais e juros, exceto aqueles decorrentes de depósitos a vista.
- ii. A rubrica “SFH - Sistema Financeiro da Habitação” inclui preponderantemente os valores residuais de contratos encerrados a serem ressarcidos pelo FCVS, no montante, líquido de provisões, de R\$ 20.805.774, conforme demonstrativo a seguir (2002 - R\$ 20.336.143), que estão em processo de novação com aquele Fundo. Atualmente, esses contratos rendem juros de até 6,17% ao ano e são atualizados monetariamente de acordo com a variação da Taxa Referencial de Juros (TR). A efetiva realização desses créditos depende da aderência a um conjunto de normas e procedimentos definidos em regulamentação emitida pelo FCVS. A administração da CAIXA vem implementando processo de análise e conferência das condições e dos dados desses contratos para enquadramento a tais normas e procedimentos, o que fundamentou o estabelecimento de critérios para estimar as prováveis perdas decorrentes de contratos que não venham a atender às normas e aos procedimentos definidos pelo FCVS. Essas estimativas proporcionaram o provisionamento do valor da diferença existente entre a expectativa de recebimento e o valor confirmado, segundo as normas do FCVS para os contratos já habilitados e homologados, e a aplicação da alíquota de 10% (com base no histórico existente de perdas quando da ocorrência de novações de créditos) para o saldo dos contratos ainda não habilitados.

Especificação	2003	2002
Créditos originados na CAIXA	13.089.021	11.882.458
Créditos cedidos e adquiridos de terceiros	11.255.789	8.517.542
Adquiridos e administrados por terceiros	<u>2.305.214</u>	<u>2.839.764</u>
	<u>25.650.024</u>	<u>23.239.764</u>
Provisão de possíveis perdas e rejeições	(<u>4.844.250</u>)	(<u>2.903.621</u>)
	<u>20.805.774</u>	<u>20.336.143</u>

Caixa Econômica Federal - CAIXA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

Em decorrência do compromisso assumido pela União para a permuta dos CVS na novação, por títulos públicos federais, por seus valores de face, não foi necessária a marcação a mercado desses créditos. A permuta prevista para 2003, no valor de R\$ 8.206.309 referentes a créditos já homologados e pré-novados, ainda não concretizada, encontra-se em processo de negociação, de cronograma junto ao Governo Federal.

7 Carteira de crédito

a. Composição das carteiras de crédito por tipo de operação

Descrição	2003	2002
Empréstimos, títulos descontados e financiamentos: (1)	8.054.746	7.489.164
Financiamentos Imobiliários	16.420.058	14.752.029
Financiamentos de Infra-estrutura e Desenvolvimento	793.459	493.452
Outros créditos	<u>877.838</u>	<u>789.000</u>
	<u>26.146.101</u>	<u>23.523.645</u>

(1) Contempla financiamentos ao setor público de contratos de refinanciamento de dívidas do Governo Federal, no valor de R\$ 667.566 (2002 - R\$ 640.159), com base na Lei nº 8.727/93, sendo a União responsável pela sua liquidação. A Medida Provisória nº 2.181-45 (anteriormente Medida Provisória nº 2.103-42), de 24 de agosto de 2001, autorizou a União a antecipar a liquidação desses contratos. Sobre esses contratos incidem juros anuais de até 12%, mais atualização de acordo com a variação da Taxa Referencial (TR). Essas operações de refinanciamento estão garantidas pelo Fundo de Participação dos Estados e Municípios.

Caixa Econômica Federal - CAIXA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

b. Composição por setor de atividade das operações de crédito

Descrição	2003	%	2002	%
Setor Público Federal	<u>936.133</u>	<u>3,58</u>	<u>648.272</u>	<u>2,75</u>
Governo	935.843	3,58	7.904	0,03
Administração direta	935.843	3,58	-	-
Administração indireta	-	-	7.904	0,03
Atividades Empresariais	290	-	640.368	2,72
Intermediários financeiros	258	-	640.368	2,72
Outros serviços	32	-	-	-
Setor Público Estadual	<u>380.895</u>	<u>1,45</u>	<u>364.877</u>	<u>1,55</u>
Governo - Administração direta	130.224	0,50	39.639	0,17
Atividades Empresariais	250.671	0,95	325.238	1,38
Indústria	238.878	0,91	319.020	1,35
Intermediários Financeiros	11.738	0,04	6.218	0,03
Outros serviços	55	-	-	-
Setor Público Municipal	<u>96.163</u>	<u>0,37</u>	<u>153.421</u>	<u>0,66</u>
Governo	83.292	0,32	71.365	0,30
Administração direta	83.276	0,32	70.522	0,30
Administração indireta	16	-	843	-
Atividades Empresariais	12.871	0,05	82.056	0,36
Indústria	12.740	0,05	82.056	0,36
Outros serviços	131	-	-	-

Caixa Econômica Federal - CAIXA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

Descrição	2003	%	2002	%
Setor Privado	<u>24.732.910</u>	<u>94,60</u>	<u>22.357.075</u>	<u>95,04</u>
Rural	3.927	0,02	-	-
Indústria	123.604	0,47	101.519	0,43
Comércio	452.551	1,73	680.979	2,89
Intermediários financeiros	303.088	1,16	9.282	0,04
Outros serviços	3.039.041	11,62	818.636	3,48
Pessoas físicas	5.113.815	19,56	6.015.614	25,57
Habitação - PF/PJ	<u>15.696.884</u>	<u>60,04</u>	<u>14.731.045</u>	<u>62,63</u>
Total geral	<u>26.146.101</u>	<u>100,00</u>	<u>23.523.645</u>	<u>100,00</u>

c. Concentração dos principais devedores

	2003	% sobre o total da carteira	2002	% sobre o total da carteira
Principal devedor	667.566	2,55	640.159	2,72
10 maiores devedores	1.586.040	6,06	862.873	3,67
20 maiores devedores	1.780.612	6,81	965.446	4,10
50 maiores devedores	2.006.339	7,67	1.110.494	4,72
100 maiores devedores	2.138.681	8,17	1.186.935	5,04

Caixa Econômica Federal - CAIXA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

d. Composição das operações de crédito por faixa de vencimento

	<u>2003</u>			<u>2002</u>
	Setor público	Setor privado	Total	Total
Curto prazo	<u>62.710</u>	<u>8.721.840</u>	<u>8.784.550</u>	<u>2.776.489</u>
De 0 a 90 dias	20.917	3.535.366	3.556.283	1.437.733
De 91 a 360 dias	41.793	5.186.474	5.228.267	1.338.756
Longo prazo	<u>1.347.890</u>	<u>14.588.279</u>	<u>15.936.169</u>	<u>18.723.631</u>
De 1 ano até 3 anos	115.844	7.716.701	7.832.545	2.431.526
De 3 anos até 5 anos	145.457	4.465.032	4.610.489	1.128.839
De 5 anos até 15 anos	677.879	2.406.240	3.084.119	6.931.076
Mais de 15 anos	<u>408.710</u>	<u>306</u>	<u>409.016</u>	<u>8.232.190</u>
Total normal	<u>1.410.600</u>	<u>23.310.119</u>	<u>24.720.719</u>	<u>21.500.120</u>
Total vencido	<u>2.591</u>	<u>1.422.791</u>	<u>1.425.382</u>	<u>2.023.525</u>
Total geral	<u>1.413.191</u>	<u>24.732.910</u>	<u>26.146.101</u>	<u>23.523.645</u>

Caixa Econômica Federal - CAIXA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

e. Classificação por modalidade e níveis de risco das operações de crédito

Nível de Risco	Empréstimos e títulos descontados	Financiamentos	Financiamento imobiliários	Outros créditos	Total 2003	%	Total 2002	%
AA	554.841	668.506	507.879	-	1.731.226	6,62	1.333.525	5,67
A	1.402.891	524.218	6.221.414	37.843	8.186.366	31,31	6.231.767	26,47
B	934.477	411.016	1.806.141	428.410	3.580.044	13,69	2.969.792	12,67
C	845.213	200.242	2.740.606	13.725	3.799.786	14,53	3.916.128	16,64
D	1.025.624	469.858	3.895.174	18.978	5.409.634	20,69	6.161.913	26,18
E	71.742	22.420	447.796	2.380	544.338	2,08	454.013	1,93
F	48.633	83.597	280.068	500	412.798	1,58	358.476	1,52
G	61.034	16.638	167.817	331	245.820	0,94	198.901	0,85
H	<u>463.804</u>	<u>249.992</u>	<u>1.146.622</u>	<u>375.671</u>	<u>2.236.089</u>	<u>8,56</u>	<u>1.899.130</u>	<u>8,07</u>
	<u>5.408.259</u>	<u>2.646.487</u>	<u>17.213.517</u>	<u>877.838</u>	<u>26.146.101</u>	<u>100,00</u>	<u>23.523.645</u>	<u>100,00</u>

f. Composição da provisão para operações de crédito por níveis de risco

Nível de Risco (%)	Empréstimos e títulos descontados	Financiamentos	Financiamento imobiliários	Outros créditos	Total 2003	%	Total 2002	%
A 0,5	7.014	2.622	31.107	189	40.932	1,08	31.159	0,90
B 1,0	11.323	4.111	20.929	4.287	40.650	1,08	29.817	0,87
C 3,0	26.438	11.008	118.840	411	156.697	4,15	164.548	4,76
D 10,0	122.563	56.594	575.425	1.897	756.479	20,04	874.977	25,33
E 30,0	21.522	6.726	134.813	714	163.775	4,34	136.204	3,94
F 50,0	24.316	41.799	140.036	250	206.401	5,47	179.237	5,19
G 70,0	42.723	11.647	119.952	231	174.553	4,62	139.231	4,03
H 100,0	<u>463.804</u>	<u>249.992</u>	<u>1.146.622</u>	<u>375.671</u>	<u>2.236.089</u>	<u>59,23</u>	<u>1.899.130</u>	<u>54,98</u>
	<u>719.703</u>	<u>384.499</u>	<u>2.287.724</u>	<u>383.650</u>	<u>3.775.576</u>	<u>100,00</u>	<u>3.454.303</u>	<u>100,00</u>

Ressalte-se que na Política de Risco de Crédito da CAIXA está prevista a estratificação dos percentuais, em intervalos de um ponto, fato este respeitado quando do aprovisionamento.

Caixa Econômica Federal - CAIXA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

g. Movimentação da provisão para operações de crédito

	2003	2002
Saldo inicial	3.454.303	3.722.470
Constituições	1.403.462	1.382.477
Reversões	(141.418)	(641.014)
Baixas contra provisão	(940.771)	(1.009.630)
	<u>3.775.576</u>	<u>3.454.303</u>

h. Créditos renegociados, lançados a prejuízo e recuperados

	2003	2002
Valor das operações renegociadas no exercício	631.341	979.364
Valor das operações lançadas a prejuízo no exercício	940.771	1.009.630
Valor das operações recuperadas no exercício	13.424	3.766

8 Outros créditos

a. Rendas a receber

A rubrica “Rendas a receber” refere-se a valores a receber por conta da prestação de serviços.

	2003	2002
Dividendos e JCP a receber do FND - Fundo Nacional de Desenvolvimento	249.854	174.666
FGTS	141.931	128.738
Seguro-desemprego	52.381	1.932
Orçamento Geral da União	121.637	92.610
INSS	507.169	301.895
Cadastro Social	136.212	49.057
EMGEA - Empresa Gestora de Ativos	28.444	55.671
Programa Bolsa-escola	11.084	9.193
Outros	<u>81.161</u>	<u>37.944</u>
	<u>1.329.873</u>	<u>851.706</u>

Caixa Econômica Federal - CAIXA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

b. Diversos

	2003	2002
Adiantamentos	274.579	279.730
Créditos tributários (Nota 19)	1.704.894	1.913.055
Devedores por depósitos em garantia	1.066.754	806.037
Impostos e contribuições a compensar	20.128	22.856
Pagamentos a ressarcir	47.863	36.845
Outros créditos com características de concessão de crédito	877.838	789.000
Devedores para a compra de valores e bens	91.847	57.591
Títulos e créditos a receber	785.991	731.409
Valores a receber - BAMERINDUS (ii)	302.941	302.941
Cartão de crédito	475.550	366.275
Outros títulos e créditos a receber	7.500	62.193
Outros créditos sem características de concessão de crédito	412.588	341.860
Títulos e créditos a receber	412.588	341.860
Governo do Estado de Pernambuco - COMPESA (i)	213.286	180.802
Governo do Estado da Bahia - EMBASA (i)	184.032	149.200
Cartão de crédito	15.270	11.858
Devedores diversos	662.889	634.480
Valores a apropriar - Empréstimos e financiamentos (iii)	409.449	408.337
Seguros a receber	197.413	168.812
Outros devedores	56.027	57.331
Provisão para perdas	(328.340)	(315.991)
	<u>4.739.193</u>	<u>4.507.872</u>

(i) Refere-se à antecipação de recursos de privatização ao Governo do Estado da Bahia (EMBASA), remunerados pela taxa SELIC, e ao Governo do Estado de Pernambuco (COMPESA), remunerados pela TR mais 12% ao ano.

(ii) Refere-se a créditos com a Massa Falida do Bamerindus, originados preponderantemente pela aquisição de créditos imobiliários, os quais se encontram totalmente provisionados.

Caixa Econômica Federal - CAIXA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

(iii) Referem-se principalmente a valores registrados a débito de financiamentos imobiliários, não classificados pelo Sistema de Controle de Financiamentos - SIACI, em fase de identificação para apropriação aos correspondentes contratos. Esses valores estão correlacionados a registros credores de mesma natureza indicados na Nota 15(c).

c. Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa

De acordo com a Carta-Circular BACEN nº 3.048/02, os títulos de crédito a receber estão classificados como “com característica de concessão de crédito” e “sem característica de concessão de crédito”, conforme demonstrado a seguir:

	2003	2002
Provisão - Outros créditos com característica (Nota 7(f))	(383.650)	(362.567)
Provisão - Outros créditos sem característica	(39.732)	(44.982)
	<u>(423.382)</u>	<u>(407.549)</u>

9 Outros valores e bens

Os bens não de uso referem-se, principalmente, aos imóveis adjudicados, imóveis recebidos em dação de pagamento de empréstimos e imóveis que não são mais usados nas operações da CAIXA. A provisão para a desvalorização desses imóveis é constituída com base em laudo de avaliação elaborado por empresas especializadas.

10 Ativo permanente

a. Investimentos

As participações em sociedades controladas são substancialmente formadas pela CAIXA SEGUROS S.A. e são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. As principais informações sobre a investida e o investimento, posicionado em dezembro, estão apresentadas como segue:

Caixa Econômica Federal - CAIXA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

	2003	2002
Investida		
Patrimônio líquido	879.124	728.125
Capital social	360.000	360.000
Quantidade de ações	16.930.108	16.930.108
Reserva de reavaliação/retenção de lucros	89.972	1.222
Ganhos e perdas não realização c/TVM	19	-
Reserva de ágio	285.252	285.252
Lucros acumulados	143.881	81.651
Valor patrimonial da ação - R\$	51,93	43,01
Investimento		
Quantidade de ações possuídas	8.161.426	8.161.426
Participação societária (%)	48,20658	48,20658
Valor contábil do investimento	287.705	220.534
Resultado da equivalência	67.171	47.945
Outros investimentos	<u>317</u>	<u>589</u>
Total de participações em coligadas e controladas	<u><u>288.022</u></u>	<u><u>221.123</u></u>

Caixa Econômica Federal - CAIXA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

b. Imobilizado de uso

	2003			2002
	Custo	Depreciação	Valor residual	Valor residual
Imóveis de Uso	793.777	(29.974)	763.803	876.094
Edificações	138.952	(8.218)	130.734	137.416
Reavaliação de edificações	439.944	(21.756)	418.188	478.840
Terrenos	72.053	-	72.053	67.495
Reavaliação de terrenos	142.828	-	142.828	192.343
Imobilizações em curso	216.323	-	216.323	105.040
Instalações, móveis e equipamento de uso	359.542	(205.119)	154.423	172.532
Sistema de comunicação	49.259	(24.461)	24.798	29.733
Sistema de processamento de dados	1.134.988	(756.889)	378.099	439.839
Sistema de transporte e segurança	58.685	(20.468)	38.217	35.332
Outras Imobilizações de Uso	<u>16</u>	<u>-</u>	<u>16</u>	<u>787</u>
	<u>2.612.590</u>	<u>(1.036.911)</u>	<u>1.575.679</u>	<u>1.659.357</u>

Em atendimento à Circular nº 2.824/98, a CAIXA em dezembro de 2002 efetuou a reavaliação de 100% dos imóveis de uso.

c. Diferido

	2003	2002
Gastos em imóveis de terceiros	295.322	324.237
Gastos com projetos logísticos	593.572	507.116
Benfeitorias em imóveis próprios	179.452	242.410
Amortizações acumuladas	<u>(588.103)</u>	<u>(513.093)</u>
	<u>480.243</u>	<u>560.670</u>

Caixa Econômica Federal - CAIXA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

d. Enquadramento no índice de imobilização

O índice de imobilização situa-se em 41,32%, estando a CAIXA enquadrada na forma definida pela Resolução do Conselho Monetário Nacional - CMN nº 2.669/99, a qual estabelece o limite de 50% a partir de 31 de dezembro de 2002.

11 Depósitos e captações no mercado aberto

- a. Os depósitos a prazo incluem os depósitos judiciais no montante de R\$ 22.989.626 (2002 - R\$ 21.352.062), os quais são remunerados com base na Taxa Referencial (TR). Para os depósitos judiciais, nos âmbitos trabalhista e estadual, incidem, ainda, juros de 6% ao ano. Os depósitos estão distribuídos conforme a seguir:

Depósitos	2003				2002
	A vista	A prazo	Poupança	Total	Total
Curto prazo	<u>4.986.788</u>	<u>25.011.231</u>	<u>43.872.307</u>	<u>73.870.326</u>	<u>71.700.925</u>
Sem vencimento	4.986.788	22.989.626	43.872.307	71.848.721	68.941.573
De 31 a 90 dias	-	1.092.027	-	1.092.027	1.211.278
De 91 a 360 dias	-	929.578	-	929.578	1.548.074
Longo prazo	<u>-</u>	<u>1.135.917</u>	<u>-</u>	<u>1.135.917</u>	<u>1.101.760</u>
Acima de 360 dias	-	1.135.917	-	1.135.917	1.101.760
	<u>4.986.788</u>	<u>26.147.148</u>	<u>43.872.307</u>	<u>75.006.243</u>	<u>72.802.685</u>
Captação no mercado aberto					
De 31 a 90 dias				29.424.846	12.778.799
De 91 a 360 dias				<u>4.691.558</u>	<u>6.158.060</u>
				<u>34.116.404</u>	<u>18.936.859</u>

Caixa Econômica Federal - CAIXA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

- b. Os depósitos especiais e de fundos e programas são compostos pelos depósitos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e de outros fundos e programas, sendo atualizados os depósitos do FGTS pela taxa SELIC, conforme Resoluções nºs 279 e 295 do Conselho Curador do FGTS, de 17 de fevereiro e de 26 de agosto de 1998, e os demais - Especiais com remuneração, FAS, FISANE e PRODEC, atualizados pela TR; os depósitos do PROGER e do FAT a aplicar, atualizados pela taxa SELIC; aplicados pela TJLP e os depósitos do PIS, atualizados pela taxa extra mercado, demonstrados como segue:

	2003	2002
Depósitos - FGTS	2.517.839	816.874
Depósitos - Especiais com remuneração	2.711.031	2.376.431
Depósitos - FAS	335.634	313.271
Depósitos - FISANE	168.692	142.117
Depósitos - PRODEC	24.237	32.612
Depósitos - PIS	114.990	56.825
Outros	<u>145.681</u>	<u>65.491</u>
	<u>6.018.104</u>	<u>3.803.621</u>

12 Recursos de letras hipotecárias

Captados por meio de letras hipotecárias e letras de crédito imobiliário, sobre as quais incidem encargos financeiros equivalentes à Taxa Referencial (TR), IGP-M ou INPC.

As emissões em TR são acrescidas de juros médios de 11,82% (incluindo todas as operações originais com e sem “swap”, ponderadas pelo saldo atualizado) e prazo mínimo de resgate de 180 dias.

As emissões em IGP-M e INPC são acrescidas de juros médios de 10,83% e 10,93% ao ano, respectivamente, e prazo mínimo de resgate de cinco anos.

As emissões de LCIs indexadas ao IGP-M são acrescidas de juros médios de 10,79% ao ano e prazo mínimo de resgate de três anos.

Caixa Econômica Federal - CAIXA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

13 Obrigações por empréstimos

Os empréstimos tomados no exterior estão sujeitos a juros de até 5,32% ao ano e variação cambial da moeda a que estão vinculados, substancialmente, a dólares estadunidenses, com vencimentos até 2013.

14 Obrigações por repasses do País - Instituições oficiais

Compostas, substancialmente, por recursos repassados pelo FGTS para aplicação em operações de infra-estrutura, desenvolvimento urbano e crédito imobiliário, estão sujeitas à atualização monetária, de acordo com a variação da Taxa Referencial (TR), e à incidência de juros médios de 6,10% ao ano. O prazo médio para o vencimento das operações é de 15 anos.

15 Outras obrigações

a. Fiscais e previdenciárias

	2003	2002
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	3	71.597
Imposto de renda	3	71.597
Impostos e contribuições a recolher	252.871	212.109
COFINS	44.029	50.356
PASEP	7.106	13.674
Sobre salários	111.148	91.008
Sobre serviços	90.588	57.071
Impostos e contribuições diferidos	245.084	275.984
IR sobre reserva de reavaliação - Edificações	104.946	120.130
CS sobre reserva de reavaliação - Edificações	37.781	43.247
IR sobre ajustes valor mercado - Títulos disponíveis para venda	75.263	82.799
CS sobre ajustes valor mercado - Títulos disponíveis para venda	27.094	29.808
Provisão para riscos fiscais	847.635	762.414
PASEP (i)	567.789	529.209
INSS (ii)	102.831	99.341
ISS (iii)	163.414	123.342
Outros	13.601	10.522
	<u>1.345.593</u>	<u>1.322.104</u>

Caixa Econômica Federal - CAIXA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

- (i) A CAIXA, em 6 de dezembro de 1996, foi autuada pela Receita Federal sob o argumento de insuficiência no recolhimento do PIS/PASEP relativo ao período de janeiro de 1991 a dezembro de 1995, época em que vigiam os Decretos-Leis n°s 2.445 e 2.449/88, e compensação, supostamente indevida, de recolhimentos efetuados a maior no período de janeiro de 1992 a maio de 1993, nos valores de R\$ 2.691.943 de principal, R\$ 2.011.254 de multa e R\$ 5.130.797 de juros, a valores de 31 de dezembro de 2003.

A CAIXA apresentou recurso ao Conselho de Contribuintes, que avaliou o processo em 3 de fevereiro de 1999. De acordo com o voto do Conselheiro Relator, os elementos trazidos ao processo pela fiscalização não permitem a identificação de quais exclusões da base tributável do PASEP foram consideradas improcedentes e qual a motivação para que o Fisco efetuasse a glosa. Conforme resolução dos membros da Segunda Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, o julgamento foi convertido em diligência à Secretaria da Receita Federal - SRF, para que a fiscalização esclarecesse os fatos e justificasse a glosa efetuada, cientificando a CAIXA do teor dessa manifestação e abrindo-lhe prazo adequado para que se pronunciasse a respeito. A Delegacia da Receita Federal em Brasília cientificou a CAIXA, em 21 de outubro de 1999, sobre o relatório de diligência, no qual o Fisco manteve os mesmos motivos alegados na autuação. A CAIXA encaminhou pronunciamento sobre o relatório de diligência fiscal ao Segundo Conselho de Contribuintes, que avaliou o processo em 7 de novembro de 2000. De acordo com a resolução dos membros do conselho, o julgamento foi convertido em nova diligência à SRF. A CAIXA tomou ciência do Relatório de Diligência Fiscal em 26 de abril de 2001. Nele o Fisco manteve os motivos alegados na atuação, mencionando que não caberia mais exame de identificação das contas glosadas. Em 28 de maio de 2001, a CAIXA encaminhou novo pronunciamento ao Segundo Conselho de Contribuintes, no qual o processo aguarda novo julgamento. Esgotadas as possibilidades na esfera administrativa, há, ainda, recursos na esfera judicial. Com base na opinião de seus consultores jurídicos e tributários, considerando as jurisprudências já divulgadas sobre a matéria, e em face das possibilidades de êxito vislumbradas, a Administração entende que a provisão constituída no valor de R\$ 567.789 (2002 - R\$ 529.209) é suficiente para cobrir eventuais decisões desfavoráveis em algumas partes do processo.

Caixa Econômica Federal - CAIXA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

- (ii) A CAIXA foi autuada pela fiscalização do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) para o recolhimento de contribuições previdenciárias sobre pagamentos efetuados a seus empregados no período de janeiro de 1982 a agosto de 1999, cujos valores que foram reposicionados para 31 de dezembro de 2003, conforme relatório do INSS, montam a R\$ 844.061 (2002 - R\$ 797.059).

É entendimento da CAIXA que os pagamentos autuados não estão sujeitos ao recolhimento da contribuição previdenciária, haja vista a sua característica indenizatória e as disposições legais aplicáveis, motivo pelo qual os débitos se encontram sob questionamento judicial.

De acordo com a opinião dos seus consultores jurídicos e tributários, a Administração, em face das possibilidades de êxito vislumbradas para os processos, definiu percentuais de provisão relativos a cada ação que, a partir de 2003, estão segregados na rubrica “Provisão para contingências INSS” e somam R\$ 102.831 (2002 - R\$ 99.341).

- (iii) As fiscalizações municipais autuaram a CAIXA nos diversos municípios da Federação sob a alegação de falta de recolhimento ou recolhimento a menor de ISS, cujo valor total em 31 de dezembro de 2003 corresponde ao montante de R\$ 163.414 (2002 - R\$ 123.342), totalmente provisionado.

b. Recursos para destinação específica

Referem-se às obrigações decorrentes de recursos de operações relacionadas com loterias, obrigações decorrentes de recursos de fundos e programas sociais geridos pela instituição e recursos de fundos ou programas especiais alimentados com recursos do governo ou entidades públicas, administradas pela instituição.

Caixa Econômica Federal - CAIXA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

	2003	2002
Obrigações de operações com loterias	218.904	262.718
Obrigações por fundos e programas sociais	1.154.797	1.561.286
FGTS	302.847	852.147
Seguro-desemprego	2.355	265.014
FISANE	42.426	46.694
Bolsa-escola	154.681	120.684
Auxílio-gás	132.028	112.481
Bolsa-alimentação	50.463	26.497
Programa de Subsídio à Habitação - PSH	272.281	90.322
Bolsa família	150.934	-
Outros fundos e programas	46.782	47.447
Obrigações por fundos financeiros de desenvolvimento	527.819	56.516
PIS	526.583	54.620
Outros	<u>1.236</u>	<u>1.896</u>
	<u>1.901.520</u>	<u>1.880.520</u>

Caixa Econômica Federal - CAIXA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

c. Diversas

	2003	2002
Obrigações por contribuições ao SFH	72.302	181.896
Obrigações por convênios oficiais	83.564	71.461
Provisão para pagamentos a efetuar	773.863	758.710
Despesas de pessoal	606.600	564.201
Outras despesas administrativas	67.049	76.234
Outros pagamentos	100.214	118.275
Provisão para passivos contingentes	2.125.689	5.499.187
FUNCEF - Reservas Técnicas (1)	-	3.347.709
PREVHAB/FUNCEF - Reservas Técnicas (2)	299.740	836.466
Provisão para contingências (3)	1.825.949	1.315.012
Recursos do FGTS	1.924	5.659
Subscrições de capital a integralizar	1.309	-
Credores diversos - Exterior	881	-
Credores diversos - País	2.809.184	2.188.705
Cartões de crédito	488.613	694.826
Contas a pagar	497.121	347.625
Empresa Gestora de Ativos - EMGEA	737.869	308.059
UNIÃO	51.818	14.645
Créditos adquiridos	399.432	-
Valores a apropriar - Empréstimos e financiamentos (Nota 8 b iii)	576.451	665.982
Outros credores diversos	<u>57.880</u>	<u>157.568</u>
	<u>5.868.716</u>	<u>8.705.617</u>

(1) FUNCEF - Reservas técnicas

- (i) A FUNCEF e a CAIXA formalizaram no 1º semestre de 2003, acordo de liquidação do débito que a Patrocinadora tinha com o seu fundo de pensão. A “Dívida da Caixa” teve a sua origem quando da criação da FUNCEF, sendo agravada por eventos posteriores (planos de cargos e salários).

Caixa Econômica Federal - CAIXA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

Conforme Resolução nº 041, Ata 239 do Conselho Deliberativo da FUNCEF, em reunião realizada no dia 14 de abril de 2003, aprovou a liquidação da dívida da CAIXA com a FUNCEF pelo valor de R\$ 2.732.998, com base no acordo entre as partes, que reduziu o valor inicialmente provisionado. Conseqüentemente, a CAIXA reverteu parte da provisão no valor de R\$ 917.784.

(2) PREVHAB/FUNCEF - Reservas técnicas

A CAIXA, por força da extinção do Banco Nacional da Habitação (BNH), determinada pelo Decreto nº 2.291, de 21 de novembro de 1986, assumiu os empregados do extinto Banco, os quais tinham vinculação de Previdência Complementar com a Associação de Previdência dos Empregados do BNH (PREVHAB).

Em cumprimento ao referido Decreto, em setembro de 1997, foi deflagrado um processo de adesão voluntária dos associados ativos da PREVHAB à Fundação dos Economiários Federais (FUNCEF) e dos associados aposentados e pensionistas para um Plano de Benefícios Especial e Exclusivo no âmbito da SASSE - Cia. Nacional de Seguros Gerais S.A., atual CAIXA SEGUROS S.A.

Dos 4.758 associados ativos da PREVHAB, 4.571 (96%) firmaram termos de adesão e de cessão de direitos sobre reservas previdenciárias, formalmente aceitos pela CAIXA, na condição de patrocinadora, e pela FUNCEF, na condição de entidade fechada de previdência privada, observando-se o regime de direitos e obrigações, especificado em Instrumento Particular de Contrato de Assunção de Obrigações e Outras Avenças entre a CAIXA e a FUNCEF, com interveniência da PREVHAB. As reservas matemáticas da PREVHAB relativas aos associados ativos foram liquidadas em dezembro de 2002 com a utilização de títulos LFT.

Dos 2.772 associados aposentados e pensionistas da PREVHAB, 2.239 (80,77%) firmaram contrato de ingresso ao Plano de Benefícios Especial e Exclusivo da CAIXA SEGUROS, regido pelo Contrato de Instituição de Plano Especial de Benefícios, entre a CAIXA e a CAIXA SEGUROS, com interveniência da PREVHAB, e pelo Contrato para Administração de Carteira de Títulos e Valores Mobiliários, ambos firmados entre a CAIXA SEGUROS e a CAIXA, no valor de R\$ 625.689, referente às reservas matemáticas avaliadas e posicionadas em 1º de outubro de 1998, reposicionadas no valor de R\$ 784.655 em junho de 2002, incluindo-se as provisões para causas judiciais.

Caixa Econômica Federal - CAIXA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

Em 1º de novembro de 2002 ocorreu o distrato entre a CAIXA e a CAIXA SEGUROS, relativo ao contrato de Instituição de Plano Especial de Benefícios, com a transferência para CAIXA da totalidade dos recursos garantidores do plano.

Em decorrência do cancelamento do referido contrato, foi transferida pela Seguradora à CAIXA a totalidade dos recursos garantidores do Plano de Benefícios Especial, e para evitar solução de continuidade no pagamento dos benefícios complementares aos participantes daquele Plano, foi autorizado pela Secretaria de Previdência Complementar - SPC, por meio do Ofício nº 2.099/SPC/CGAJ, de 13 de dezembro de 2002, em caráter excepcional, o pagamento dos benefícios, desde novembro de 2002, até que fossem implementadas as condições necessárias para que a FUNCEF pudesse administrar o(s) plano(s) a ser (em) instituído (s) para o referido grupo de participantes.

A partir de 15 de abril de 2003 foi deflagrado o processo de transferência dos aposentados e pensionistas oriundos da PREVHAB para a FUNCEF, mediante adesão ao Plano de Benefícios - REB, e até a presente data já foram transferidos para aquela Entidade 1.899 assistidos.

Os assistidos que ainda permanecem recebendo os seus proventos da CAIXA serão transferidos para um plano idêntico ao qual se encontravam vinculados, denominado Plano “Espelho”, a ser instituído à FUNCEF.

(3) Passivos contingentes

A CAIXA possui na esfera passiva, ações trabalhistas, cíveis, ações relacionadas à contestação de indexadores aplicados em operações ativas e passivas, inclusive em função de planos econômicos, ações diversas relacionadas a financiamento imobiliário, loterias, perdas e danos, ações fiscais, entre outras. Essas ações são avaliadas e revisadas periodicamente.

A Administração entende, com base em pareceres de seus advogados, levando em conta que em geral os procedimentos adotados pela CAIXA guardam conformidade com as previsões legais e regulamentares, que tais processos não implicarão prejuízos relevantes, que excedam o saldo da provisão para essas contingências, de R\$ 1.825.849 (2002 - R\$ 1.315.012), suficiente para a cobertura de eventuais decisões judiciais desfavoráveis à CAIXA.

Caixa Econômica Federal - CAIXA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

16 FGTS

Nos termos do art. 9º da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, alterado pelo art. 12 da Medida Provisória nº 2.196-3, de 24 de agosto de 2001, a CAIXA é responsável pela plena liquidação dos créditos devidos ao FGTS para operações contratadas a partir de 1º de junho de 2001.

17 Patrimônio líquido

a. Capital social

Conforme Resolução do Conselho Diretor, nº 244, de 21 de fevereiro de 2003, Parecer do Conselho Fiscal da CAIXA, Resolução do Conselho de Administração da CAIXA e autorização do Ministro de Estado da Fazenda, o capital social integralizado foi alterado de R\$ 3.345.727 para R\$ 3.885.000, mediante incorporação de reservas e de lucros acumulados.

b. Enquadramento nos níveis exigidos pela Resolução nº 2.099/94 (Acordo da Basileia)

Conforme determinações da Resolução nº 2.099/94 e regulamentações posteriores, que estabelecem os níveis mínimos de patrimônio líquido para as instituições financeiras, com base nos volumes de suas operações, a CAIXA apresenta a seguinte situação:

Caixa Econômica Federal - CAIXA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

	2003		2002	
Títulos/fatores de risco	Saldo	Risco ponderado	Patrimônio líquido exigido	Patrimônio líquido exigido
Risco nulo - 0%	97.954.338	-	-	-
Risco reduzido - 20%	25.716.661	5.143.332	565.766	448.992
Risco reduzido - 50%	17.345.763	8.672.882	954.017	849.429
Risco normal - 100%	9.360.297	9.360.297	1.029.633	1.362.179
Créditos tributários - 300%	1.704.894	5.114.682	562.615	631.308
Risco de crédito de “swap”	318.040	578.254	63.608	59.688
Risco de mercado - taxa de juros	<u>123.547</u>	<u>1.123.153</u>	<u>123.547</u>	<u>116.369</u>
Total	<u>152.523.540</u>	<u>29.992.600</u>	<u>3.299.186</u>	<u>3.467.965</u>
Patrimônio de Referência			<u>5.771.552</u>	<u>4.628.121</u>
Suficiência			<u>2.472.366</u>	<u>1.160.156</u>
Índice da Basileia			<u>19,24%</u>	<u>14,68</u>

c. Reservas de reavaliação

Em dezembro de 2002 a CAIXA efetuou a reavaliação de 100% dos imóveis de uso, sendo a reavaliação executada por empresas de engenharia credenciadas, especializadas em avaliação de imóveis com o monitoramento e acompanhamento da execução dos serviços pelos profissionais do próprio quadro da CAIXA.

Caixa Econômica Federal - CAIXA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

d. Reservas de lucros

A reserva de lucros é constituída por reserva legal no montante de R\$ 80.807 (2002 - R\$ 54.055), calculada à base de 5% sobre o lucro líquido, e reserva para incorporação ao capital proveniente dos resultados com a administração das loterias, sendo apurado no exercício de 2003 o montante de R\$ 68.645 (2002 - R\$ 162.761).

e. Dividendos

São assegurados à União dividendos sobre o lucro líquido ajustado, conforme dispõe o Decreto nº 2.673, de 16 de julho de 1998, de no mínimo, 25%. Neste exercício foram distribuídos dividendos no montante de R\$ 310.991 (2002 - R\$ 221.699) e juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 498.924, totalizando 50,00% sobre o lucro líquido ajustado do exercício.

18 Remuneração de empregados e de administradores

Estão destacadas a seguir as remunerações pagas aos empregados e administradores, não deduzidas as parcelas de glosas de que tratam o Decreto-Lei nº 2.355/87 e a Lei nº 8.852/94.

Remuneração de dezembro de 2003	Administradores	Empregados
Maior	17.892,00	14.910,00
Média	17.892,00	3.552,61
Menor	17.892,00	572,70

Caixa Econômica Federal - CAIXA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

19 Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

a. Créditos tributários

A rubrica “Créditos tributários” possui como valores relevantes:

- Créditos de CSLL, referentes aos períodos de apuração encerrados até dezembro de 1998, constituídos à alíquota de 18%, tendo como base o art. 8º da Medida Provisória nº 2.158-35/01;
- Créditos de IR decorrentes de prejuízos fiscais imprescritíveis acumulados e diferenças temporárias; e
- Créditos de CSLL originários de base de cálculo negativa e diferenças temporárias apuradas a partir de 1999.

O crédito tributário constituído é de R\$ 5.070.975 (2002 - R\$ 5.668.604) para o IRPJ e de R\$ 1.219.386 (2002 - R\$ 1.812.814) para a CSLL, totalizando o montante de R\$ 6.290.361 (2002 - R\$ 7.481.418). Em função de entendimento da Administração, decorrente dos estudos quanto à realização dos créditos tributários, foram constituídas provisões no valor de R\$ 4.585.467 (2002 - R\$ 5.568.363), resultando em um total de créditos tributários líquidos de provisão de R\$ 1.704.894 (2002 - R\$ 1.913.055).

Não foram constituídos créditos tributários no montante de R\$ 1.488.059.

Caixa Econômica Federal - CAIXA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

Origem dos créditos tributários

	2003		2002	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	1.192.529	63.105	1.081.116	-
Provisão de SFH	1.211.063	184.705	645.333	232.321
Provisão Passivo - FUNCEF	-	-	571.443	205.719
Provisão para Contingências	652.492	234.897	446.604	101.300
Outros	<u>319.929</u>	<u>128.024</u>	<u>315.006</u>	<u>173.430</u>
Subtotal	3.376.012	610.732	3.059.502	712.770
Crédito de Dif.Temporais não constituído	<u>(1.089.493)</u>	<u>(398.566)</u>	-	-
Total do Crédito de Dif.Temporárias	2.286.519	212.166	3.059.502	712.770
Prejuízo fiscal	2.784.456	-	2.693.209	-
Base Negativa	-	436.190	-	512.595
Contribuição Social MP nº 2.158-35/01	-	<u>571.030</u>	-	<u>624.514</u>
Total dos créditos tributários	<u>5.070.975</u>	<u>1.219.386</u>	<u>5.752.711</u>	<u>1.849.879</u>

Expectativa de realização dos créditos tributários

Valor contábil:

Ano	2004	2005	2006	2007	2008	Subtotal 2009 a 2013	Total
IRPJ	42.460	48.467	121.408	141.078	193.388	546.802	866.475
CSLL	<u>25.986</u>	<u>29.662</u>	<u>74.302</u>	<u>86.340</u>	<u>75.327</u>	<u>291.617</u>	<u>291.617</u>
	<u>68.446</u>	<u>78.129</u>	<u>195.710</u>	<u>227.418</u>	<u>268.715</u>	<u>838.419</u>	<u>866.475</u>
							<u>1.704.894</u>

Caixa Econômica Federal - CAIXA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

Valor presente:

Ano	2004	2005	2006	2007	2008	Subtotal 2009 a 2013	Total	
IRPJ	38.955	40.794	94.182	100.867	127.434	402.231	458.146	860.377
CSLL	<u>23.840</u>	<u>24.966</u>	<u>57.639</u>	<u>61.730</u>	<u>49.638</u>	<u>217.813</u>	-	<u>217.813</u>
	<u>62.795</u>	<u>65.760</u>	<u>151.821</u>	<u>162.597</u>	<u>177.072</u>	<u>620.044</u>	<u>458.146</u>	<u>1.078.190</u>

Os estudos técnicos foram desenvolvidos a partir dos resultados projetados, observadas as metas e as regras estabelecidas para os produtos da instituição, bem como as perspectivas de mercado e avaliação de indicadores econômicos projetados em função da tendência do cenário econômico para o País.

A Resolução BACEN nº 3.059/02 estabelece que a parcela dos créditos tributários, cuja expectativa de realização seja superior a cinco anos, deve ser excluída para efeito de cálculo do nível I do Patrimônio de Referência (PR), utilizado como parâmetro para a definição dos limites operacionais das instituições financeiras, conforme cronograma definido pela própria Resolução.

A administração, com base nos estudos técnicos que definiram a expectativa de realização dos créditos tributários, não prevê que a redução de seu Patrimônio de Referência (PR), que será feita em decorrência da exclusão mencionada no parágrafo anterior, resultará em limites operacionais inferiores aos mínimos exigidos atualmente pela Autoridade Monetária.

O valor presente dos créditos foi calculado em atendimento à Circular nº 3.171/02, do BACEN, considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários.

Caixa Econômica Federal - CAIXA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

b. Demonstrativo de apuração do IRPJ e CSLL

	2003		2002	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes do IRPJ e CSLL	<u>1.596.646</u>	<u>1.596.646</u>	<u>1.484.566</u>	<u>1.484.566</u>
Encargo total do IRPJ e CSLL às alíquotas de 25% e 9%	(399.138)	(143.698)	(371.118)	(133.611)
Efeitos tributários das adições e exclusões	<u>45.442</u>	<u>11.227</u>	<u>90.871</u>	<u>10.065</u>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(111.413)	(63.104)	60.533	-
Provisão do SFH	(565.729)	(203.663)	(217.701)	(78.372)
Provisão para contingências	(147.586)	(53.131)	(32.520)	46.768
Despesas/Receitas do FGTS	318.538	114.674	295.411	106.347
Provisão - Passivo junto a FUNCEF	571.443	205.719	(83.972)	(30.230)
Outras	(19.810)	10.732	71.816	(34.448)
Juros sobre o capital próprio	6.429	2.316	-	-
Ativo fiscal diferido	106.116	67.561	84.108	37.063
Incentivo fiscal	<u>6.741</u>	<u>-</u>	<u>319</u>	<u>-</u>
Despesa total de IRPJ e CSLL	(<u>240.839</u>)	(<u>64.610</u>)	(<u>195.820</u>)	(<u>86.483</u>)

c. Movimentação do crédito tributário

	Valor bruto	Provisão	Total
Saldo em 31/12/2002	7.481.419	(5.568.363)	1.913.056
Realização do crédito tributário	(173.676)	-	(173.676)
Baixa de crédito tributário - Ano de 2002 MP nº 2.158-35/01	(34.486)	-	(34.486)
Reversão	<u>(982.896)</u>	<u>982.896</u>	<u>-</u>
Saldo em 31/12/2003	<u>6.290.361</u>	<u>(4.585.467)</u>	<u>1.704.894</u>

Caixa Econômica Federal - CAIXA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

O valor estimado em 2002 para realização do crédito tributário em 2003 era de R\$ 137.526.

20 Outras informações

a. Receitas de prestação de serviços

	Segundo semestre de 2003	Exercícios findos em 31 de dezembro	
		2003	2002
Administração do FGTS	607.100	1.188.933	1.035.142
Administração do FCVS	89.436	142.796	92.131
Administração do PIS	49.327	91.981	108.754
Administração das loterias	186.489	360.857	313.493
FGTS - tarifas	191.828	421.766	467.283
Seguro-desemprego	17.210	110.942	195.522
Cadastro social	66.225	120.122	109.142
Orçamento Geral da União - OGU	19.065	36.342	50.616
INSS - tarifas	32.515	65.272	33.893
Administração de fundos de investimentos	144.387	261.140	214.435
Tarifas de convênios	322.164	605.003	574.513
Serviços de compensação e outros papéis	55.541	112.511	95.497
Tarifas sobre manutenção de conta corrente	99.235	200.215	210.196
Cobrança de títulos	106.539	205.037	182.037
EMGEA - Serviços prestados	168.926	348.890	327.231
Outros serviços	<u>177.751</u>	<u>322.135</u>	<u>224.005</u>
	<u>2.333.738</u>	<u>4.593.942</u>	<u>4.233.890</u>

Caixa Econômica Federal - CAIXA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

b. Despesas com pessoal e administrativas

	Segundo semestre de 2003	Exercícios findos em 31 de dezembro	
		2003	2002
Despesas com pessoal			
Proventos	(1.412.435)	(2.589.959)	(2.470.125)
Benefícios	(251.530)	(462.162)	(451.673)
Encargos sociais:			
FGTS	(103.546)	(192.597)	(184.426)
Previdência social	(298.687)	(552.493)	(585.208)
Previdência complementar	(57.295)	(115.274)	(110.259)
Outros	(64.254)	(117.715)	(114.494)
	<u>(2.187.747)</u>	<u>(4.030.200)</u>	<u>(3.916.185)</u>
	Segundo semestre de 2003	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2003	2003	2002
Despesas administrativas			
Comunicações	(170.340)	(340.624)	(339.140)
Manutenção e conservação de bens	(120.374)	(236.159)	(222.843)
Água e energia	(54.080)	(106.983)	(87.706)
Aluguéis	(160.373)	(289.741)	(150.288)
Despesas de material	(70.743)	(141.403)	(91.165)
Processamento de dados	(496.580)	(952.812)	(921.606)
Promoções e relações públicas	(20.669)	(30.867)	(27.592)
Propaganda e publicidade	(66.530)	(76.288)	(78.881)
Serviços do sistema financeiro	(83.581)	(156.048)	(136.662)
Serviços de terceiros	(130.721)	(240.386)	(234.086)
Serviços especializados	(183.688)	(377.187)	(383.913)

Caixa Econômica Federal - CAIXA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

	Segundo semestre de 2003	Exercícios findos em 31 de dezembro	
		2003	2002
Despesas administrativas			
Serviços de vigilância e segurança	(76.792)	(144.567)	(131.505)
Depreciação e amortização	(230.541)	(481.303)	(529.649)
Outras administrativas	(59.896)	(108.748)	(138.487)
	<u>(1.924.908)</u>	<u>(3.683.116)</u>	<u>(3.473.523)</u>

c. Composição das contas “Outras receitas/despesas operacionais”

	Segundo semestre de 2003	Exercícios findos em 31 de dezembro	
		2003	2002
Outras receitas operacionais			
Comissões e taxas sobre operações	295.137	728.101	867.995
Recuperação de despesas	84.138	173.127	616.117
Créditos com a União	14.772	30.144	43.410
Juros e CM s/tarifas INSS	48.571	88.595	6.237
Reversão de outras provisões operacionais	32.700	1.151.264	948.432
Rendas de outros créditos - COMPESA (Nota 8(b)(i))	16.373	32.484	23.925
Rendas de outros créditos - EMBASA (Nota 8(b)(i))	17.204	34.832	140.539
Receitas de cartões de crédito	64.624	109.580	149.407
Rendas de créditos securitizados	0	0	26.529
Receitas de dividendos	72.613	109.690	180.095
Rendas s/fornecimento arquivo magnético	27.138	51.260	45.338
Outras receitas operacionais	<u>139.864</u>	<u>252.843</u>	<u>194.173</u>
	<u>813.134</u>	<u>2.761.920</u>	<u>3.242.197</u>

Caixa Econômica Federal - CAIXA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

	Segundo semestre de 2003	Exercícios findos em 31 de dezembro	
		2003	2002
Outras despesas operacionais			
Despesas com reservas atuariais - FUNCEF/PREHAB	(14.333)	(456.676)	(563.204)
Despesas com FCVS a receber – Resíduos (Nota 6(a))	(44.861)	(2.352.386)	(2.348.226)
Despesas sobre obrigações com fundos e programas	(75.419)	(191.103)	(267.733)
Remuneração de revendedor lotérico	(130.870)	(241.269)	(229.403)
Provisão para contingências EMGEA/UNIÃO	(603.514)	(875.773)	(367.265)
Despesas com revendedor lotérico	(113.026)	(217.753)	(205.647)
Despesas com banco 24 horas	(45.819)	(86.811)	(86.764)
Despesas com cartão de crédito	(93.184)	(162.538)	(15.017)
Premiação de poupança			(25.946)
Despesas de serviços automatizados	(42.268)	(89.981)	(62.282)
Despesas de condenações judiciais	(20.477)	(25.781)	(45.582)
Outras despesas operacionais	(<u>234.059</u>)	(<u>430.780</u>)	(<u>418.293</u>)
	(<u>1.517.241</u>)	(<u>5.383.879</u>)	(<u>4.806.531</u>)

d. Administração de entidades sociais

Os saldos de patrimônio líquido das entidades administradas pela CAIXA (Nota 1) montam R\$ 37.860.429 (2002 - R\$ 39.432.236) negativos. O principal refere-se ao Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS), no montante de R\$ 74.483.253 (2002 - R\$ 70.734.426) negativos, cuja responsabilidade pelo cumprimento de suas obrigações é da União Federal, conforme Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000.

Caixa Econômica Federal - CAIXA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

Entidade	2003	2002
PIS	19.181.060	17.948.482
FGTS	13.869.901	10.381.881
FAR	2.353.268	1.914.514
FCVS	(74.483.253)	(70.734.426)
FDS	546.865	456.966
FAS	366.944	333.442
PCE	272.720	237.816
FIEL	<u>32.066</u>	<u>29.089</u>
	<u>(37.860.429)</u>	<u>(39.432.236)</u>

e. Programa de Geração de Emprego e Renda - PROGER

Os recursos contraídos com o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) para a aplicação no Programa de Geração de Emprego e Renda (PROGER), da ordem de R\$ 1.882.535, têm custo de captação com base na taxa SELIC, enquanto não aplicados em operações de crédito, e com base na TJLP, após a liberação para os mutuários. O prazo médio das aplicações é de quatro anos e o vencimento final em 2012. Os recursos livres para aplicação, atualizados com base na taxa SELIC, totalizam R\$ 571.093. O saldo dos recursos aplicados é de R\$ 1.311.442.

f. Benefícios a empregados

(i) Plano de benefícios - Previdência privada

A CAIXA é patrocinadora da Fundação dos Economiários Federais (FUNCEF), que tem por objetivo a administração de planos de benefícios de natureza previdenciária, nas condições previstas nos regulamentos próprios, havendo atualmente planos de benefício definido e de contribuição definida.

Caixa Econômica Federal - CAIXA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

Para a consecução dos objetivos da FUNCEF e em complementação às contribuições dos participantes, a CAIXA efetua contribuições de acordo com o percentual determinado segundo fórmulas atuariais, sendo o montante desembolsado no exercício de 2003 de R\$ 123.671 (2002 - R\$ 119.086). O plano de custeio da entidade enquadra-se como benefício definido para 42.701 associados, enquanto para 4.797 enquadra-se como contribuição definida.

A CAIXA, na condição de patrocinadora, submeteu à apreciação do Ministério da Fazenda e obteve aprovação, bem como manifestação favorável do Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais - DEST, a alteração do Regulamento do Plano de Benefício da FUNCEF para: (i) adequação parcial das disposições das Leis Complementares n°s 108 e 109, ambas de 29 de maio de 2001; (ii) a incorporação de novas condições de custeio do Plano pelos participantes e pela patrocinadora; e (iii) o estabelecimento de critérios de migração dos participantes dos planos de benefícios REPLAN/REB para a nova versão do plano REB de contribuição definida. Para fazer face à implementação do processo de migração, a CAIXA constituiu provisão no valor de R\$ 81.414 (2002 - R\$ 74.429).

O valor presente das obrigações atuariais dos planos, calculadas por atuário independente, está coberto pelo patrimônio dos planos.

(ii) Plano de saúde - SAÚDE CAIXA

Em 1º de fevereiro de 2002, entrou em vigor o SAÚDE CAIXA - um programa de saúde instituído pela CAIXA e por ela administrado, sob a modalidade de autogestão, oferecendo assistência médica, hospitalar, odontológica, psicológica, fisioterápica, fonoaudiológica, terapêutica ocupacional, de serviços sociais e nutricional, com atendimento realizado por rede de credenciados e abrangência nacional. É um benefício concedido pela CAIXA aos titulares optantes e respectivos beneficiários inscritos, entendendo-se por titulares os empregados e aposentados vinculados à FUNCEF, PREVHAB, CAIXA SEGUROS, Fundo PMPP ou INSS.

Os recursos do SAÚDE CAIXA são assim constituídos:

Caixa Econômica Federal - CAIXA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

- Contribuição mensal da CAIXA, correspondente a 3,5% da folha de pagamento, incluídos os encargos sociais;
- Mensalidade do titular de R\$ 38,26, por grupo familiar; e
- Mensalidade do titular de R\$ 21,67, para cada dependente.

O plano é equilibrado atuarialmente, conta com adesão de 96,6% e está previsto no Acordo Coletivo de Trabalho 2003 e 2004.

g. Resultado não operacional

Refere-se, principalmente, às despesas com provisões para desvalorização de imóveis de bens não de uso próprio deduzidas da receita com lucro na alienação de imóveis.

h. Garantias prestadas a terceiros

Registra-se o valor de R\$ 65.312, referente aos imóveis patrimoniais penhorados em garantias prestadas a terceiros, relativo a ações judiciais contra a CAIXA.

i. Participação dos empregados nos lucros

Foi efetuada provisão para pagamento de participação nos lucros - PLR, no montante de R\$ 149.909.

Caixa Econômica Federal - CAIXA

Jorge Eduardo Levi Mattoso
Presidente

Jorge Eduardo Levi Mattoso
Presidente

Aser Cortines Peixoto Filho
Vice-Presidente

Fábio Lenza
Vice-Presidente

Fernando Nogueira da Costa
Vice-Presidente

João Aldemir Dornelle
Vice-Presidente

João Carlos Garcia
Vice-Presidente

Marcos José Rodrigues Torres
Vice-Presidente

Paulo Roberto Paixão Bretas
Vice-Presidente

Telmo Marques Costa
Superintendente Nacional de Contadoria
Contador - CRC-CE-5.031/O-4-T-DF

José Rogério Krticka
Gerente Nacional de Contabilidade CAIXA
Contador - CRC-RS-035890/T2-DF